



# Anais da Assembléia

Nº 60

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 31 DE MAIO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 54ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 1983.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte. (40). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Nestor Baptista, Fuad Nacli, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Ferrari Júnior, Homero Oguido, Ironði Pugliesi, Tadeu Lúcio Machado. (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

Mensagem 60/83

Curitiba, 23 de maio de 1983.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Termos de Cooperação Técnica e Financeira nºs 25/83 e 46/83 celebrados em 07 de março de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e, respectivamente, os Municípios de ITAGUAGÉ, JABOTI, JARDIM OLINDA, LAPA, LOANDA, LOBATO, LONDRINA, MANGUEIRINHA, MIRASSELVA, MOREIRA SALLES, NOVA LONDRINA, NOVA OLÍMPIA, NOVA PRATA DO IGUAÇU, NOVA ALIANÇA DO IVAÍ, PALMAS, MARINGÁ, PARAÍSO DO NORTE, PARANACITY, PIÊN, PINHALÃO, PLANALTINA DO PARANÁ e PONTA GROSSA, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - "PROSAFRAS", no exercício de 1983.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço

e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 61/83

Curitiba, 23 de maio de 1983.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Termos de Cooperação Técnica e Financeira nºs 47/83 a 70/83 celebrados em 07 de março de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e, respectivamente, os Municípios de PORECATU, PORTO RICO, PRIMEIRO DE MAIO, QUITANDINHA, REBOUÇAS, RIBEIRÃO CLARO, RIO BOM, SALTO DO ITARARÉ, SALTO DO LONTRA, SANTA AMÉLIA, SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, SANTA INÊS, SANTA IZABEL DO IVAÍ, SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO, SÃO JOÃO DO TRIUNFO, SÃO JORGE DO OESTE, SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, TAPIRA, TERRA RICA, TERRA ROXA, TOLEDO, TRÊS BARRAS DO PARANÁ, TUNEIRAS DO OESTE e XAMBRÊ, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras "PROSAFRAS", no exercício de 1983.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Indicações:

INDICAÇÃO

Sr. Presidente.

Indico o nome dos Srs. Deputados Gilberto Rezende de Carvalho e Basílio Zanusso para compor Comissão Especial para analisar Emenda Constitucional.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

LÍDER DO PDS.

INDICAÇÃO

Sr. Presidente.

A Liderança do PMDB indica para compor a Comissão de Emendas à Constituição, os seguintes Srs. Deputados:

HOMERO MORINOBU OGUIDO

ADHAIL SPRENGER PASSOS

JOSÉ ANTONIO FONSECA

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI

LÍDER DO PMDB.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que se insira na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de

pesar pelo falecimento da Senhora MARIA DA LUZ SANTOS LIMA, ocorrido no dia 26.05.83, na cidade de Palmas.

Faleceu com mais de 80 (oitenta) anos de idade, era irmã do Sr. EVERALDINO CARVALHO DE LIMA, fundador da cidade de Palmas, pertencia a uma das mais estimadas e tradicionais famílias.

REQUER, seja dada ciência à família enlutada.  
Sala das Sessões, em 31 de maio de 1983.  
(a) Antônio Anibelli.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, apelo no sentido de que seja assegurado aos Suplentes de Delegado o exercício das atribuições que lhes são conferidas pelo Decreto nº 3.055, de 17 de janeiro de 1973, e mais o requerido pelo Decreto nº 3.700, de 25.07.77.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1983.  
(a) Anibal Khury.

#### JUSTIFICATIVA:

O pedido prende-se a notícias veiculadas pela imprensa da Capital, segundo as quais o Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança Pública, através de medidas administrativas, estaria desativando os suplentes de delegado e outros colaboradores da Polícia Civil do Estado sob a alegação de que tratam de funções puramente honoríficas, sem qualquer utilidade prática para a manutenção da ordem e tranquilidade social.

Quer nos parecer, no entanto, que a medida mencionada, antes de ser posta em prática, merece estudos mais apurados para evitar que se cometa injustiça ao dispensar colaboradores que foram bastante úteis no passado, quando havia carência de delegados e que, mesmo hoje, no afastamento do titular, meritórios serviços poderiam prestar às forças policiais.

Nestas condições, cremos justo o presente apelo, para o qual contamos com o indispensável apoio dos Srs. Deputados.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado, com a máxima urgência, à Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, expediente manifestando o mais veemente repúdio desta Assembléia à aprovação do Projeto de Lei nº 6717/82, oriundo do Senador da República, que alterando a Lei nº 6686/79, regulamenta, em detrimento dos Cursos de Farmácia e Bioquímica, o funcionamento dos Cursos de Ciências Biológicas - Modalidade Médica (Biomedicina).

REQUER, outrossim, seja encaminhada àquela Comissão cópia, que anexamos, da "carta aberta à comunidade", distribuída pelo Centro Acadêmico de Farmácia da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1983.  
(aa) Roberto Requião e Mário Pereira.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a sua Excelência o Sr.

Secretário de Estado da Agricultura, Dr. Klaus Magno Germer, solicitando continuidade através da Fundação Instituto de Terras e Cartografia, (ITC), do programa de regularização fundiária no Município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1983.  
(a) Péricles Pacheco.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Sr. Secretário de Estado da Administração, José Olímpio de Paula Xavier, solicitando do mesmo a liberação de verba para a conclusão das obras do prédio que abrigará o Fórum de Telêmaco Borba.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1983.  
(a) Péricles Pacheco.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Sr. Secretário de Estado da Administração, José Olímpio de Paula Xavier, para que o mesmo solicite da Emopar, a construção de muros e colocação de telas, nas canchas de esportes das Escolas Presidente Vargas e Leopoldo Mercer, ambas em Telêmaco Borba.

Tal solicitação se faz, tentando preservar tais patrimônios que com sacrifícios foram constituídos, sendo a construção dos muros a melhor maneira de fazê-la.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1983.  
(a) Péricles Pacheco.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Sr. Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, Dr. Fernando Heugênio Chignone, apelando para que o mesmo envide esforços, no sentido de interiorizar programas de cultura (música, teatros para adultos e teatro infantil), com fornecimento de metodologia para sua implantação no Município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1983.  
(a) Péricles Pacheco.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Professora Gilda Poli Rocha Loures, mui digna Secretária da Educação do Estado do Paraná, solicitando a implantação definitiva dos cursos de 1º grau - 5ª a 8ª séries, nas localidades de Iguiporã, Margarida, Mercedes, Quatro Pontes, Pato Bragado, São Roque e Novo Três Passos, todas situadas no Município de Marechal Cândido Rondon.

É o que REQUER.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1983.  
(a) GERNOTE KIRINUS.

#### JUSTIFICATIVA:

Já em março de 1980, solicitávamos a criação e

instalação de Escolas Estaduais, a nível de 1.º grau - 5.ª a 8.ª séries, para atender principalmente a alunos carentes de diversas localidades de Marechal Cândido Rondon, onde o referido curso era oferecido apenas por escolas da CNEC, inatingíveis aos jovens de poucos recursos. Na época, nossa solicitação foi atendida apenas parcialmente tendo em vista que só as comunidades de Entre Rios e Porto Mendes foram beneficiadas com a gratuidade do ensino a nível de 1.º grau - 5.ª a 8.ª séries. No entanto, o benefício foi anunciado pelas autoridades municipais, a todas as localidades com escolas de 1.º grau completos. Na realidade os moradores foram ludibriados com um benefício que de fato não existia. Em vez de se instalar a gratuidade das 5.ª - 8.ª séries elas permaneciam sob o domínio das escolas da CNEC que nada mais fizeram do que entrar em acordo com a Fundepar para que este órgão comprasse as vagas de cada escola.

Com a mudança de Governo, a nível de Estado, voltou-se a cobrar mensalidades e anuidades dos alunos matriculados a partir da 5.ª série e com isso se comprova de que a gratuidade protelada não passava de um gesto politiquês da Administração Municipal mancomunada com a Administração Regional da CNEC.

Diante disso, nada mais justo de que atender a esta antiga reivindicação dos moradores das diferentes localidades do Município de Marechal Cândido Rondon, há tempos aguardando um direito: uma educação condizente para seus filhos.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Sr. Secretário de Estado da Secretaria de Transporte, encarecendo do mesmo, responder as perguntas que se encontram abaixo relacionadas:

1. Quais as empreiteiras de serviço que atuam como contratadas no Porto de Paranaguá?
2. Se existentes, quais os serviços por elas prestados?
3. Se existentes, quais os critérios para a contratação de serviços?
4. Se existentes, remeter cópias autenticadas dos contratos vigentes;
5. Qual o limite, em cruzeiros, para a contratação de qualquer serviço, em qualquer natureza, sem prévia licitação?
6. Se existentes, consta os nomes das seguintes empreiteiras:
  - a. EMOTRAN — Empresa de Conservação Ltda.
  - b. Empresa de Obras e Serviços Cometa Ltda.
  - c. Empresa de Obras e Serviços Umuarama Ltda.
  - d. Mônica — Serviços Navais
- como contratadas?
7. Se constam, qual o valor, de per si, que foi contratado, e o respectivo prazo de duração.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1983.

(a) Nestor Baptista.

#### JUSTIFICATIVA:

Para melhor se posicionar quanto a realidade daquele setor que representa substancial parcela da economia estadual.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, no sentido de que seja liberada uma ambulância, para o Serviço de Saúde do Município de Salto do Itararé.

Tal solicitação se faz necessária, devido o grande número de doentes que necessitam locomover-se para o Estado de São Paulo, localidade de Rubion, para Jaguariaiva e Curitiba, e este Executivo não tem condições de fazê-lo sozinho, motivo pelo qual apelamos para o atendimento deste pedido.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1983.

(a) Ivan Gubert.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Estado do Interior, para que o mesmo solicite aos técnicos da Copel, estudos no sentido de que se proceda a iluminação pública do Município de Salto do Itararé, tanto na área urbana da sede como também dos distritos.

Tal solicitação se faz necessária, pois a área urbana do município está carente deste benefício, causando, assim, transtornos à população que necessita locomover-se durante a noite.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1983.

(a) Ivan Gubert.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, solicitando a construção de um Terminal Rodoviário, no Município de Janiópolis.

Tal solicitação se faz necessária, devido ao fato de que o município não conta ainda, com um local apropriado para parada de ônibus, causando assim, sérios transtornos à população quanto ao embarque e desembarque dos passageiros.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1983.

(a) Ivan Gubert.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário do Interior, apelando no sentido de que seja autorizado à Sanepar, as obras de abastecimento de água no Distrito de Arapuan, no Município de Janiópolis.

O motivo de tal solicitação, é que aquele importante distrito está a exigir a instalação de água, devido ao seu crescimento populacional estar aumentando dia a dia.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1983.

(a) Ivan Gubert.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, solicitando a construção de um Centro Social, no Município de Ipiranga.

Esta solicitação se faz necessária, devido ao fato de

que o município não conta ainda com um Centro Social para o amparo e atendimento da população.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1983.

(a) Ivan Gubert.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, apelando no sentido de que seja liberada uma verba ou sejam executadas obras de pavimentação asfáltica nas principais ruas do Município de Ipiranga.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1983.

(a) Ivan Gubert.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Deni Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando urgente recapeamento na Rodovia Pr-239, que liga o Município de Marechal Cândido Rondon ao Trevo da Vila Nova, dando acesso aos Municípios de Toledo e Palotina.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1983.

(a) WERNER WANDERER.

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando que este trajeto é a única ligação asfáltica existente do Município de Marechal Cândido Rondon aos Municípios de Toledo e Palotina.

Considerando ser de extrema necessidade o recapeamento, face ao grande movimento com o transporte das safras agrícolas e dos produtos lá fabricados, aos demais Estados da União.

Considerando ser esta região recebedora de matéria prima que vem de outras regiões do Estado para a industrialização.

Por tudo isto, esperamos contar com o apoio dos nobres Deputados, na aprovação deste.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Nilo Coelho, "voto de apoio" no sentido de manifestar a posição desta Casa de Leis, favorável à regulamentação e reconhecimento profissional dos profissionais em Processamento de Dados.

Considerando inicialmente, os computadores serem usados, quase que exclusivamente como ferramenta de auxílio aos matemáticos, e, posteriormente com o aprimoramento tecnológico, tornando-se bastante difundido, atingindo inclusive atualmente a quase todos os ramos da atividade humana;

considerando igualmente, que aproximadamente 100.000 profissionais prestam serviços na área de informática, sem a devida regulamentação de defesa aos interesses dos profissionais em processamento de dados.

Outrossim, tendo em vista, Projeto de Lei de nº 05/83, aprovado pela Câmara dos Deputados, que regulamenta a profissão e o trabalho dos profissionais em Processamento de Dados, e, encarecendo a importância do encaminhamento das discussões que levem a referida classe a possuir uma regulamentação profissional efetiva, no que tange aos interesses maiores da classe, na

necessidade de disciplinar os usos e costumes de trabalho, tais como: os requisitos mínimos necessários para o exercício profissional, entre outros.

Outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, que seja oficiado à Associação dos Profissionais em Processamento de Dados de Pernambuco, e a Associação dos Profissionais em Processamento de Dados - Nacional.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1983.

(a) Adhail Sprenger Passos.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

A Deputada que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário das Finanças, solicitando que o mesmo envide esforços no sentido de liberar verba para o financiamento agrícola através do Banestado S.A.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1983.

(a) Amélia Hruschka.

#### JUSTIFICATIVA:

Todos reconhecem que a crise que assola nosso País é verdadeiramente alarmante e o reflexo dessa crise se faz sentir com mais profundidade na agricultura. Sabedores que somos que o nosso Estado é essencialmente agrícola, urge uma providência de nossas autoridades financeiras para que seja liberado o financiamento para o custeio agrícola e assim minorar o sofrimento de nossos agricultores os quais vêm sofrendo profundamente não só com a parte financeira, mas com as adversidades do próprio tempo que não lhes é favorável.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

A Deputada que a este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER a Vossa Excelência o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente da Funabem, solicitando que o mesmo envide esforços no sentido de ser construído, em Campo Mourão, o Lar do Menor e da Guarda Mirim.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1983.

(a) Amélia Hruschka.

#### JUSTIFICATIVA:

Campo Mourão é uma região totalmente agrícola e com a mecanização em suas terras, o problema do "bóia-fria tomou conta de todo o perímetro urbano e também da zona rural. Sabedores que somos que o menor é o que mais sofre com a pequena renda familiar, e que o mesmo não encontra emprego nem sequer a título de aprendizagem, resta ao poder público se interessar definitivamente pelo menor, para que este possa contribuir para o desenvolvimento de nosso País e também para colaborar com a manutenção de sua família carente.

Daí a justeza dessa solicitação para que se construa, em Campo Mourão, o Lar do Menor e a Guarda Mirim, para que esses centros de educação do menor possam ter a sua sede própria com todos os meios para educar o menor carente.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial, no sentido

de que seja adquirida uma viatura policial para a cidade de Iretama, solicitação que deverá ser encaminhada ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública.

De iniciativa do Sr. Antônio Martins Leal, Delegado de Polícia de Iretama, tal medida faz-se necessária uma vez que Iretama é uma cidade progressista com aproximadamente 35.000 habitantes; conta com 4 agências bancárias; possui vários entroncamentos rodoviários, com razoável fluxo de trânsito; possui apenas uma viatura policial, marca Volkswagen ano 1978, que se encontra em péssimo estado de conservação.

Quando os agentes de segurança daquele município necessitam deslocar-se até a zona rural, para atendimentos de casos, precisam utilizar-se de táxis para suas diligências, o que onera sobremaneira a população.

Assim sendo achamos ser da máxima urgência o atendimento a este nosso requerimento a fim de dar condições de um melhor atendimento à população por parte daquela delegacia.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1983.

(a) Rubens Bueno.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido da construção de um Módulo da Polícia Militar, na cidade de Terra Boa.

Sendo a Polícia Militar uma força de ordem preventiva, no combate ao crime e à violência, torna-se necessária a presença da mesma naquela cidade, para se evitar destarte, que a violência e a marginalidade campeiem, também na progressista cidade de Terra Boa.

Ademais, é dever do Estado evitar que seus cidadãos sejam lesados pelos inimigos da Lei. Possuindo Terra Boa vários estabelecimentos bancários, escolas funcionando boa parte no período noturno, a presença da Polícia Militar, com a construção de um módulo, viria trazer um pouco mais de tranquilidade a toda a população.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1983.

(a) Rubens Bueno.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Presidente da Telepar, expediente encaminhando a documentação anexa, solicitando abertura de sindicância para apurar sobre a legalidade e a responsabilidade da obra de construção de Reservatório Elevado no Centro de Redes - Portão.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1983.

(a) Roberto Requião.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, que cópias de inteiro teor do nosso pronunciamento de hoje, sejam enviadas ao Ministro Cesar Cals; ao Diretor Geral da Itaipu Binacional e Presidente da Eletrobrás, General Costa Cavalcanti; ao Presidente da Câmara Júnior de Marechal Cândido Rondon, Arno Zumzler; a todos os representantes do

Paraná na Câmara Federal e no Senado; e ao jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor do jornal "Gazeta do Povo".

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1983.

(a) Sérgio Spada.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, apelo no sentido de que seja constituída Comissão Especial, constituída por Parlamentares, representantes do Poder Judiciário e da Secretaria da Segurança, representando o Poder Executivo, para que sejam realizados, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, estudos no sentido da transferência dos presos de maior periculosidade da Penitenciária Central do Estado para a Ilha das Cobras, no litoral. Comissão esta a ser composta por sete membros.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1983.

(a) Antônio Anibelli.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente se baseia nos anseios da população paranaense, sobretudo a da Capital, por uma maior segurança, consubstanciada pelo afastamento de indivíduos de grande periculosidade das cercanias da Região Metropolitana de Curitiba, sabido que é o grande número de fugas que normalmente ocorrem nos estabelecimentos penais.

Nestas condições, o atendimento do apelo ora encaminhado, viabilizando o isolamento da Colônia Penal na Ilha das Cobras, onde, em tempos passados já esteve, contribuir-se-ia, com certeza, para a melhoria da segurança dos lares paranaenses.

Por outro lado, dar-se-ia uma melhor utilização àquele próprio do Estado que, de antiga Colônia Penal, foi transformado, nos governos passados em área de lazer do Governador e de sua família, acarretando ao Estado despesas pela manutenção de uma mordomia injustificável.

#### PROJETOS DE LEI:

##### PROJETO DE LEI Nº 68/83.

A Assembléia Legislativa do Estado  
DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Loja Maçônica Luz e Esperança de Mandaguáçu.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1983.

(a) Basílio Zanusso.

#### JUSTIFICATIVA:

Os documentos que anexamos a este projeto, comprovam o preenchimento de todas as exigências da Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, para declaração de utilidade pública.

Assim sendo, contamos com a unânime aprovação do projeto, em vista dos méritos da associação e do amparo legal.

##### PROJETO DE LEI Nº 69/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA:

Art. 1º — O Poder Executivo adotará as providências cabíveis, no sentido de obrigar as empresas públicas e demais sociedades das quais o Estado seja o acionista majoritário a divulgar resumo das contratações, obras,

serviços, compras, admissão de servidores, e demais atos que lhes gerem despesas.

§ 1.º — A divulgação de que trata este artigo será feita mediante publicação dos referidos atos no Diário Oficial do Estado.

§ 2.º — Os representantes da Fazenda do Estado nas empresas e sociedades a que se refere este artigo farão inserir nos estatutos dessas entidades dispositivo visando a efetivação da presente medida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1983.

(aa) Rubens Bueno e Edmar Luiz Costa.

#### JUSTIFICATIVA:

O projeto ora proposto visa uma melhor fiscalização das empresas públicas e demais sociedades das quais o Estado é o acionista majoritário.

Tratando-se de entidades que manipulam vultosas quantias recolhidas através de pesados impostos que oneram a coletividade, necessário se faz que o Estado melhor fiscalize a atuação dessas entidades exercendo destarte, um real e efetivo controle sobre elas.

O referido controle não pode e não deve se limitar, apenas e tão somente à contratação de obras e serviços, mas deve se estender sobre compras que efetuam, bem como sobre a admissão de servidores.. Numa palavra, sobre todos os atos que gerem despesas para referidas entidades.

No que se refere aos servidores, principalmente, torna-se necessária uma vigilância mais acentuada do Estado, pois sem ela o Poder Público não conhecerá nem mesmo o número dos que nelas trabalham.

No que concerne às obras, percebe-se, na mentalidade da maioria dos dirigentes, a tendência de construção de obras faraônicas, muitas das quais sem a mínima necessidade. Isto importa em um endividamento aquém das possibilidades das próprias entidades, comprometendo toda a estrutura governamental. Com a fiscalização direta do Estado, tais fatos seriam evitados.

Num momento de angústia para toda a economia nacional, com um desemprego assustador, mais do que nunca, faz-se necessário que o Estado esteja na vanguarda de todas as contratações e execuções de obras, para se evitar o empreguismo tão pernicioso e nefasto, bem como de construções suntuosas e desnecessárias.

Pelo que se depreende, a providência ora proposta é uma medida que beneficiará a todos: ao Governo, que dividirá com a população um pouco de sua responsabilidade; à população, que terá condições de melhor conhecer as empresas públicas e, assim, compreender suas exigências; às próprias empresas, que terão oportunidade de receber sugestões e críticas construtivas.

Em homenagem ao jornal "Folha de São Paulo" que sugeriu legislação nesse sentido e ao emérito Deputado Osíro Silveira, da Assembléia Legislativa de São Paulo que apresentou projeto semelhante, temos o prazer de subscrever o presente projeto que cremos, encontrará guarida das duas bancadas, pelo interesse social que o mesmo visa alcançar.

#### PROJETO DE LEI Nº 70/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a "Obra Social da Cruzada Nacional de Evangelização", com sede na cidade de Ponta Grossa-Paraná, à Rua

Minas Gerais nº 922.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1983.

(a) Odeni Mongruel.

#### JUSTIFICATIVA:

A "Obra Social da Cruzada Nacional de Evangelização, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, constitui uma sociedade civil, com fins filantrópicos, de caráter beneficente, cuja atividade principal está em prestar assistência social, de educação de base e, de promoção humana, especialmente da mãe e da criança, podendo, dentro das necessidades, estender suas atividades e outras obras que se enquadrem dentro de suas finalidades.

Encontra-se em pleno funcionamento, atendendo as determinações para as quais foi criada, e seu desempenho junto à comunidade pontagrossense tem sido da maior relevância.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (LÊ):

"O povo paranaense está a lamentar as manifestações da nossa representação no Senado Federal, onde, infelizmente, não conseguimos obter sucessos, porque os três Senadores do PMDB não correspondem aos nossos grandes anseios de influir na opinião pública nacional, atuando, criteriosamente, na interpretação, na análise e no encaminhamento dos problemas brasileiros, com aquela seriedade e profundidade exigidas de uma boa atuação parlamentar.

Isso acaba de ficar demonstrado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na recente intervenção do Senador peemedebista peemedebista Álvaro Dias, que, ao pretender apontar erros e corrigir idéias na administração brasileira, acabou por comprometer a inteligência paranaense para tratar de problemas tão sérios como a grave situação econômico-financeira e da credibilidade do País.

Refiro-me a debates travados no Senado Federal e registrados no Diário do Congresso Nacional, de 18 do corrente, que assinalam a resposta do Excelentíssimo Sr. Ministro do Planejamento ao ilustre Senador Álvaro Dias, que cometeu várias impropriedades e vários equívocos. O maior deles, ao final de sua exposição, quando, confundiu o saldo da balança comercial com o saldo em conta-corrente.

Para quem quer argüir — disse-lhe o Ministro do Planejamento — isto é imperdoável. Confundir serviços com balanço comercial, começar a misturar a exportação e a importação com o problema de balanço em contas correntes, significa que não se entendeu absolutamente nada do que se está tratando.

Como se não bastasse essa lamentável intervenção do Senador Álvaro Dias, que recebeu a resposta adequada do Ministro do Planejamento, há a considerar também a

sua manifestação sobre a credibilidade do nosso País, o que, inclusive, tem sido motivo de declarações de Deputados do PMDB nesta Casa, como ocorreu com o Deputado Renato Bueno, defendendo em nossa dívida externa, ou o calote em nossos credores, como querem os partidários do PMDB.

Sobre essa credibilidade, o Ministro do Planejamento argumentou que o Brasil demonstrou mais de uma vez, quando negociou com os banqueiros internacionais os seus quatro projetos. Credibilidade que o Brasil demonstrou, mais de uma vez, quando foi capaz de superar a maior crise que se tem desde a Segunda Guerra Mundial, sem, realmente, ter recorrido à suspensão de pagamentos. Credibilidade que o Brasil está a demonstrar a cada instante, na medida em que vai manobrando esta dívida.

O Ministro do Planejamento disse que não importa o que pensa o Senador Álvaro Dias, que pertence à Oposição no Senado. Sua Excelência tem que pensar é isso mesmo e é uma pena que não tenha pedido a sua renúncia. Deveria pedir, pois essa é a sua função. Não deveria ficar preocupado com isso, não. Deveria pedir a renúncia, se o Ministro do Planejamento está prestando tão maus serviços. Seria uma coisa muito interessante para o Senador Álvaro Dias a permanência do Ministro e não a sua renúncia. De forma que isso são formas que não levam a coisa alguma, são proposições que não conduzem a nada, são simples jogos de palavras, simples brincadeira que não condiz com a seriedade com que deve ser tratado um assunto como este, principalmente para quem não sabe, como demonstrou o Senador Álvaro Dias, não saber a distinção entre balanço comercial e balanço em contas correntes, conforme evidenciou o Ministro do Planejamento.

O pior da intervenção do Senador Álvaro Dias, ficou por conta do que disse sobre a credibilidade da Nação e do Ministro, quando leu um recorte de uma informação procedente de Frankfurt.

E o Ministro do Planejamento perguntou-lhe:

Que significado maior tem, com relação à credibilidade da nação, um correspondente estrangeiro dizer que ouviu de um banqueiro desconhecido, de um cidadão desconhecido, num bar desconhecido, off the record, o seguinte?

Que significado maior pode ter uma proposição como essa? Que interesse pode ter uma notícia como essa, para a elevação dos debates numa Casa tão séria como o Senado? Qual é a manifestação de credibilidade ou não, a que pode levar uma transcrição de uma transcrição de uma conversa não ouvida?

E o Ministro respondeu ao Senador Álvaro Dias:

Que não tem credibilidade, é que imagina que pode usar argumentos como esse. Há argumentos muito mais simples, muito mais diretos para serem utilizados.

O Ministro do Planejamento concluiu afirmando que o Senador Álvaro Dias terminou depois de uma arenga extraordinária.

Nas suas premissas não se concluiu coisa alguma, das suas premissas não se tira nenhuma conclusão, porque o Senador paranaense é ilógico.

Aí está, Sr. Presidente, Srs. Deputados, registrado no Diário do Congresso Nacional, um perfil lamentável da atuação do Senador Álvaro Dias que, como acabamos de constatar, a exemplo dos seus companheiros de Bancada no Senado, Affonso Camargo e Enéas Faria, não está a

engrandecer a representação paranaense na Câmara Alta do País”.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Anibelli.

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa vinda a esta tribuna é para nos solidarizarmos com a greve dos funcionários públicos federais, que estão há muitos anos sendo passados para trás, por este Governo Federal incompetente que tem levado os funcionários públicos, muitas vezes, à desgraça. Quantas vezes já aconteceram suicídios no desespero do sustento de suas famílias.

Vemos, agora, o Governo Federal a taxar um aumento nas prestações da casa própria em cerca de 130 por cento, e os funcionários públicos federais receberam, a 1.º de janeiro, 40 por cento, e a 1.º de junho, a partir de amanhã, receberão mais 30 por cento, que, somados aos 40 por cento, dará um aumento de pouco mais de 80 por cento sobre seus salários.

A minha vinda a esta tribuna, é para me solidarizar com a greve dos funcionários, que têm que fazer greve, neste País, porque o Governo é incompetente, é desleal, é desumano, quanto este mesmo Governo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, baixou um decreto no fim do ano passado, dando aos funcionários militares 11 por cento que, somados aos 40 por cento e somados aos 30 de 1.º de junho, dará um aumento de mais de 106 por cento aos funcionários militares.

Não somos contra os militares, Srs. Parlamentares, somos sim, a favor do funcionário civil, a favor do funcionário estadual e a favor do funcionário municipal.

Queremos neste nosso pronunciamento, também fazer um apelo ao Governador José Richa — e já sabemos que está estudando para dar um abono aos srs. funcionários na ordem de 40, 50 por cento. O funcionário estadual tem sido preterido. Somos a favor da semestralidade, somos a favor do 13.º salário aos funcionários. Estou no PMDB, estava no PMDB e sempre defendi essas teses em Brasília como Deputado Federal e aqui, desta tribuna, hoje, com o Governador José Richa, tenho certeza que levaremos até o fim esta luta para à minha classe dos funcionários públicos esses aumentos que há tantos anos eles vêm pleiteando.

Sei que o Governo Estadual atravessa uma fase difícil, mas nós, com esforço de cada um, chegaremos a essa grande vitória.

Não sou contra os militares, mas sou a favor dos civis. Acho que o Sr. Presidente da República deveria tratar os funcionários federais, civis e militares, com a mesma igualdade.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho a esta tribuna para reclamar e dizer de nossa indignação contra esse aumento dos militares, em detrimento dos funcionários civis.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por dever de ofício e sem nenhum prazer, trago a este Plenário a denúncia de mais uma “mumunha”.

Desta vez, uma “mumunha”, porque como já esclareci na sessão de ontem, mumunha é o ato de empregar parentes sem concurso público. Já mumunha é a velha “mumunha” de conseguir vantagens através do uso de funções públicas.

E a “mumunha” que quero expor hoje a Vossas Excelências, é a história de uma caixa d’água da TELEPAR.

A TELEPAR organizou uma licitação, convidando nove empresas, a Sociedade Anônima Construtora Gotchild, Minster, Itaipu, ENCIPAR, Tecninte, Irmãos Thá, Cesbe e Plaenge.

Isso, em 30 de janeiro de 1980. Ganhou a concorrência a Construtora Gotchild. No entanto, sem licitação e sem concorrência, se introduziu a proposta adicional de uma firma Mattei, S/A.; Mattei Cia. Ltda. E pasmem os senhores que fora da concorrência, essa Mattei ganhou o serviço da construção de uma caixa d’água, apresentando um projeto completamente fora das especificações da licitação.

Os serviços foram autorizados e o prazo de construção era de vinte dias, e essa licitação foi feita em 1980.

Bom, até hoje essa caixa d’água não está construída, e as obras não foram feitas mais pela Mattei, foram feitas pela Tubonive.

E de quem é a Tubonive? A Tubonive é do Sr. Amur Raphael Grassi Mattei e do Sr. Luiz Henrique Vilhena Silva Pinto, este último, diretor-administrativo da TELEPAR, na época da contratação e presentemente.

Esses dois, donos da Tubonive, acabaram executando essa obra que, até hoje, a TELEPAR não pode aceitar por falta de condições de funcionamento.

Ressalvando aqui a honorabilidade do Presidente da TELEPAR, pretendo, através desta Assembléia, e tornando aqui de público o fato, enviar-lhe esse “dossiê” para que tome em relação ao Sr. Pinto, à Tubonive, e à Mattei, as pr providências legais necessárias.

Chamo a atenção, também, para o pessoal da imprensa sobre este fato, principalmente o pessoal da coluna “Austeridade” do jornal “O Estado do Paraná”, que tanta contribuição tem dado a esclarecimento dessas lesões ao erário público.

Mais alguns assuntos que vamos discutir no decorrer da assembléia de hoje. Discutiremos, o Deputado Ervin Bonkoski e eu, assuntos que interessam a todos, por exemplo: a nomeação de parentes por “guardanapo”, é a nova prática de nomeação pública sem concurso, que vem sendo usada no Paraná.

Vamos esclarecer também, o Deputado Ervin Bonkoski e eu, a troca de terrenos da Rádio Colombo com terrenos do município. E irei requerer ao atual Prefeito que nos informe do interesse do município, do valor de mercado da área, porque acredito que, se existem áreas públicas, elas devem ser utilizadas para habitação das pessoas que não têm onde morar e não em negócios subvalorizados.

Mas, está encerrado o meu tempo, e este será objeto de interessante debate que travarei no Grande Expediente, com o nobre Deputado anti-comunista, Ervin Bonkoski.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Tuguio Setogutte.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Cumprindo determinações do Governador José Calil Richa, para que sejam punidos com demissão os servidores públicos que não pertençam ao seu partido, que não pertençam ao PMDB, o diretor-superintendente da EMOPAR, o ex-Prefeito de Ibiporã, Francisco Deliberador Netto, acaba de demitir, conforme a relação elaborada pelas patrulhas político-ideológicas, mais 34 funcionários daquela empresa.

É o recrudescimento da intolerância, do ódio daqueles que estão desestabilizando a vida paranaense, que desejam convulsionar este Estado, criando o clima propício para os seus designios de confrontação social.

Ontem, o Governo José Calil Richa, o Governo do PMDB, lançou ao desemprego 17 humildes servidores da FAMEPAR, e hoje aumenta o número de desempregados com as demissões em massa na EMOPAR. Enquanto isso, enquanto lança chefes de família ao desemprego, o governo desumano de José Calil Richa promove, às custas do dinheiro do contribuinte, às custas do dinheiro que paga as suas mordomias, no Cangüiri, um convescote para tratar de uma campanha de ajuda na alimentação dos desempregados, que recebeu a veemente condenação da ilustre dama paranaense, que é Dona Flora Camargo Munhoz da Rocha, nas páginas da “Gazeta do Povo” de ontem, dizendo que não se resolvem problemas sociais, que o Governo do Sr. Calil Richa está a agravar, com festinhas e chás no Cangüiri, gastando, pulverizando o dinheiro do povo paranaense.

Aliás, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governo Calil Richa é pródigo na má aplicação do dinheiro do povo. Exemplo disso é a campanha que está gastando cem milhões de cruzeiros, que são tirados dos salários dos servidores demitidos, para custear essa farsa que é a eleição da lista tríplice para escolha dos diretores das escolas, conforme denúncia do Professor Walter Bittencourt, Presidente da Associação dos Diretores de Escolas de Curitiba.

É por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o povo paranaense está a repetir em todos os cantos: basta de tantos desmandos.

Basta de tanta incompetência. Basta de perseguir os humildes pais de família que estão sendo demitidos. Basta de mordomias no Cangüiri. Basta de aplicar mal e pessimamente os dinheiros públicos do povo paranaense. Basta de enganar os professores. Basta de desestabilizar a vida paranaense. Basta de desprezar a Constituição e as leis para dar emprego no Tribunal de Contas aos derrotados do PMDB.

Basta, Calil Richa. Basta de trazer tanta infelicidade ao Paraná”.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta Presidência registra com satisfação, a presença neste plenário, do Sr. Joaquim Lopes Gutierrez, Prefeito Municipal de Mariluz.

Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Odeni Mongrue.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. O “Jornal da Manhã” da cidade de Ponta Grossa, do dia de hoje, traz uma reportagem com o título:



**"NOVAS CHUVAS FAZEM BARRINHA FICAR TRÊS METROS ACIMA DO ASFALTO".**

Trazemos também a esta tribuna, manifestações de pessoas residentes na proximidade do referido rio, bem como manifestações de caminhoneiros que, durante alguns dias, ficaram retidos naquele ponto da Rodovia BR-376. As chuvas que assolaram o Paraná, da semana passada ao dia de hoje, fizeram com que o referido rio chegasse à altura de três metros acima do leito normal, acima do asfalto, implicando, com isto, em extensas filas de caminhões, de veículos, de ônibus, que não podiam ultrapassá-lo. Agora, por medidas tomadas por patrulheiros do DER, por intervenção de autoridade da Polícia Militar, foi possível o estabelecimento de uma balsa, para que as pessoas pudessem transpor o rio e com isso seguirem os seus destinos.

A minha intervenção na tarde de hoje, prende-se fundamentalmente a chamar a atenção das autoridades competentes do DER e do DNER, para verificação da correção do citado leito de estrada, uma vez que esse mesmo rio representa um elo importante de ligação entre as regiões produtivas agrícolas do norte e noroeste do Estado com o centro-sul, sul e litoral.

É indispensável que não fique mais a economia paranaense e a sociedade paranaense, sujeitas a sacrifícios de tal monta, pois a cada período de chuvas incessantes, de chuvas intermitentes, aquele rio Barrinha corre o risco de transbordar novamente, e nós lembramos aqui o último período de chuvas em que o rio realmente transbordou, causando os mesmos problemas à economia paranaense, lá se vai, cerca de 10 anos.

É indispensável que agora evitemos de todas as formas e para isso apelamos às autoridades competentes, que tomem providências, objetivando a correção técnica desse problema que vem causando grandes transtornos à sociedade paranaense.

Assim sendo, Sr. Presidente, solicito a Vossa Excelência que leve a voz desta Casa, porque com certeza os companheiros do PMDB e do PDS somam junto a esta nossa fala, que é a fala de paranaenses prejudicados pelas chuvas intermitentes, e que fizeram com que o Rio Barrinha suspendesse temporariamente o trecho entre o norte e o sul do Estado, para que as autoridades competentes, de forma precisa e eficaz, todas as medidas necessárias para correção do leito da estrada, evitando que venhamos a ter, num futuro breve, prejuízos como esses que estão assolando a economia e a sociedade paranaense.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Pereira, inscrito.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero agradecer inicialmente ao Deputado Edmar Costa, que abriu mão para que pudesse usar a tribuna neste momento.

A fiscalização do exercício profissional é exercida pelos Conselhos Regionais.

O CREA — Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, fiscaliza o exercício profissional do setor de engenharia e arquitetura e agronomia. O CREA é um órgão ligado ao Ministério do Trabalho e no Paraná tem se notabilizado, por esforços no sentido de terminar com o engenheiro calígrafo.

Engenheiro calígrafo é aquele engenheiro que cobra

para assinar um projeto, quando quem deve ganhar dinheiro para assinar ou para gastar tinta de uma caneta, seria somente jornalista ou escritor.

Em função disto, o CREA vem exercendo uma fiscalização crescente para terminar com o calígrafo.

Desta forma, o CREA no Paraná exige que, para que uma obra seja construída, o engenheiro, para ser responsável técnico, tem que ser ou pertencer a uma empresa construtora. Somente portanto, uma empresa construtora é que pode se responsabilizar pela execução de uma obra de engenharia.

Por outro lado, o CREA limitou em 20, as obras que podem ser executadas simultaneamente sobre a responsabilidade técnica de um mesmo profissional de engenharia.

Desta forma, quis o CREA e está conseguindo fazer com que desapareça, aos poucos, o engenheiro mau profissional, o engenheiro calígrafo. Pois aquele que só assina o projeto, cobra para assinar, acaba cobrando pouco e concorrendo deslealmente com aquele bom profissional, que dá atendimento à obra. Mas, como ele tem uma limitação de vinte obras, fica impossibilitado de assinar um projeto, de se responsabilizar por uma obra e não cobrar, e em cobrando prefere o proprietário então, já que tem que pagar, contratar alguém que cuide realmente da obra.

Até aí está correto o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Paraná. Ocorre que o CREA está extrapolando as suas funções. Está perdendo de vista o que o levou a tomar essa série de medidas. Porque está exigindo que em cidades onde não há condições de dar sustentação a uma empresa de engenharia, para ser construída uma obra, tenham os proprietários que contratar também uma empresa construtora.

Dou dois exemplos práticos: o Município de Cafelândia e o Município de Boa Vista da Aparecida. É impossível, lá, uma firma de engenharia, subsistir. Não existe engenheiro e nenhuma firma de engenharia, e o CREA, sistematicamente, está multando as construções que lá estão sendo executadas, impedindo com isso, o desenvolvimento destas duas cidades, e fazendo com que a gente passe a pensar e a imaginar o que seria dessas cidades que estão nascendo no Mato Grosso, se o CREA do Paraná lá estivesse atuando. Precisaria antes de nascer uma cidade, ser montada uma empresa construtora, haver lá um engenheiro construtor, para, aí sim, passar a ser construída a cidade que vem nascendo dia após dia, nos Estados do Norte, em Rondônia e no Mato Grosso.

Portanto, fica uma denúncia e um alerta, de que o CREA não pode impedir o desenvolvimento das cidades do Paraná, e que encontrar uma solução para que as pequenas cidades, onde não pode existir uma construtora, onde não há engenheiro residente, possam continuar os seus habitantes construindo suas residências e suas casas comerciais.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Permitam-nos inicialmente, que possamos destinar algumas palavras ao Líder da nossa bancada, o

nobre Deputado Nilso Sguarezi. Cumpre-nos agradecer a cessão do Horário do Grande Expediente. É mais uma prova de sensibilidade, de companheirismo que nos dá o ilustre Parlamentar.

Srs. Deputados. Esta Casa, apropriadamente chamada de "Casa de Leis" é mais do que a sede de um Poder. É a casa do povo, porque aqui estamos todos nós, investidos de um mandato popular. É também aqui que se aprimoram, não apenas as lideranças políticas, como igualmente os destinos do Estado. E, se algumas falsas lideranças aqui se condenam e se estiolam, os destinos do Estado seguem sendo aprimorados. Aqui se discutem as leis, tomam-se decisões, lapidam-se as idéias traduzidas nos projetos de interesse social.

Esta é uma Casa de debates, porque o debate é inerente à atividade parlamentar. Portanto, somos favoráveis ao debate. Nem poderia ser de outra forma.

Todavia, achamos extremamente constrangedor, as estéreis e históricas "guerrinhas de tribuna", que não têm propósito. Nada provam e nada levam.

Mais constrangedor se torna o episódio quando essa disputa de tribuna se fere entre representantes da mesma bancada. Divergir é uma coisa, disputar é outra. É, pois, aconselhável, e sempre que possível, deve ser evitado. Não deve sequer, ser começado.

Não pretendemos dar curso à iniciativa tomada por um representante da nossa Bancada, o Deputado Roberto Requião de Mello e Silva. Não daremos curso, não somente pelo pensamento antes exposto, mas também porque não faz sentido.

O Deputado Roberto Requião a esta tribuna veio para responder a um pronunciamento que não houve. É hilariante IR-SE À BATALHA QUE NÃO HOUVE. Imaginemos então revidar o ataque que não aconteceu.

Roberto Requião teria ouvido o "galo cantar", apenas isso. Quixotes de agora também têm seu "FRÉSTON".

De hilariante, passou ao ridículo. Buscando espirituosismo, que não possui, mostrou pelo "intróito" como seria o corpo da "obra".

Foi buscar no poeta as palavras que não alcança criar.

Foi buscar em Ulysses, o grande presidente, o texto de impacto que não pode escrever.

Evocou o passado, não seu, mas de outros companheiros, para evidenciar a luta oposicionista.

Interpretou primariamente as palavras de Dom Arns.

E, finalmente, tirou ilações. Inferiu que estaria o partido PEDINDO... sejam benesses, seja vingança.

Duas laudas... é muito texto para o Deputado Roberto Requião, Parlamentar do asfalto, a quem falta vivência entre as comunidades que vivem à margem do progresso social.

Duas laudas... é chumbo demais para a caça que se me apresenta, é vela demais...

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao Parlamentar dá o povo um mandato, uma procuração. E ao outorgado cabe a sagrada obrigação de fazer o melhor uso possível deste instrumento para trabalhar, não em seu pessoal interesse, nem tampouco em favor de suas idéias, mas sim, em favor daquilo que seja de interesse do outorgante.

Nesse trabalho não pode e não deve o detentor de tal mandato nem fraquejar, nem tergiversar, muito menos condescender, pois então não seria digno do mandato recebido.

Em novembro passado, o povo paranaense fez uma revolução... e revolução pelo voto.

Não foi apenas imbuído da vontade de votar que os paranaenses foram às urnas, enfrentando, não raro, quase insuperáveis vicissitudes. O que o povo queria era mudar.

O desejo de mudar, embalado pelas promessas, pela mensagem, pelo programa da oposição foi o responsável pela nova situação política a que o Paraná foi colocado como decorrência das eleições de novembro.

Foram as propostas de um trabalho sério e decidido que conquistaram os paranaenses. Promessas de idéias nossas, de soluções nossas, para nossos problemas, levaram os eleitores a promover a mudança, porque viam nas propostas, a certeza que não mais pequenos grupos imporiam sua vontade e seu pensamento.

Todos nós sabemos que a formação democrática e religiosa do nosso povo não aceita ideologias alienígenas que cerceiam a liberdade, que semeiam a discórdia e a desunião.

Os brasileiros não querem e não aceitam modelos e regimes que oprimem. Repudiam sistemas que não permitem a liberdade de expressão. Os brasileiros não convivem com radicalismos.

Vimos no Paraná que a grande revolução pelo voto, foi feita para colocar nosso Estado no caminho do desenvolvimento, com um programa reformista sério e sem comprometimentos.

A ordem, a liberdade, o direito à livre iniciativa, a democracia em sua plenitude, estavam inseridas na proposta de trabalho.

Passada a campanha, passadas as eleições, passada a posse, vamos ver se as propostas estão sendo colocadas em prática, se os propósitos não estão sendo desvirtuados.

Verificar, senhores, é um direito de todos. Principalmente nosso, que temos um mandato, que somos procuradores, não de um, mas de milhares de cidadãos.

Para nós, Parlamentares, representantes populares, verificar é mais que um direito, é um dever. Dever que temos para que nos outorgou o mandato. E isso independe de partido.

A nossa formação, a nossa vivência democrática não me permitem compactuar com métodos que não sejam pautados pela conduta democrática. Somos contra qualquer radicalismo. Pautamos nossa atuação pela defesa do povo, do humilde, do sofredor, do oprimido, de qualquer espécie, do desamparado. Temos agido com honestidade dentro de uma linha de justiça e de liberdade de pensamento, de religião e de ação, fundamentais princípios da democracia.

Não somos partidários da força nem da exploração e do domínio do Estado sobre as pessoas, transformando-as em instrumento de um poder, como ocorre nos países comunistas e pseudo-socialistas.

A Prefeitura Municipal de Curitiba tem hoje à sua frente um homem de reconhecidos princípios democráticos, um homem sensível aos anseios do povo, digno defensor da liberdade e avesso aos radicalismos.

O companheiro Maurício Fruet, não pode ter em seu corpo de auxiliares, pessoas que comprometam sua administração, mormente na área da Cultura.

No entanto, é justamente nesse setor que o comprometimento começa. O Sr. Carlos Frederico Marés de Souza Filho e Cláudio Fajardo, são conhecidos homens de "esquerda" - popularmente definidos como "vermelhos". Na Diretoria de Cemitérios, o atual diretor, Sr. Narciso Pires, não é menos engajado ideologicamente, é um ex-militante do MR-8, de conhecidas idéias comunistas.

Estamos ainda no limiar da administração de Maurício Fruet, na Prefeitura desta Capital, porém o tempo é suficiente para mostrar os malefícios que esses auxiliares estão causando.

Sabemos todos que o objetivo da filosofia radical de esquerda é minar até destruir o poder legitimamente constituído. Como patriota e responsável pela representação

de quase 60 mil curitibanos, tomo esta posição que visa acautelar a população de Curitiba, e a administração municipal sobre os perigos eminentes.

Temos informação segura de que a maioria dos Vereadores da Câmara Municipal de Curitiba comungam deste pensamento, estão solidários e até farão movimento conjugado publicamente e da tribuna da Câmara, no sentido de que seja a administração municipal da capital paranaense, despoluída de ideologias perniciosas.

Repito, Srs. Deputados, que a nossa voz, as nossas atitudes, serão sempre em favor de uma democracia legítima, em favor dos pobres, dos oprimidos e dos injustiçados. Desejamos um modelo econômico que sane o problema social. Sabemos todos que isto talvez seja possível somente com a normalização política inserida na qual estão as eleições livres e diretas em todos os níveis, como as prefeituras das capitais, dos municípios da área de segurança nacional, das estâncias hidrominerais e principalmente para a Presidência da República. Esta é a meta do nosso Partido. Esta é a luta do PMDB.

Porém, queremos que a normalização ocorra sem macular o princípio da democracia autêntica, sem ferir a liberdade na sua amplitude maior.

Não receamos dizer que os radicais de esquerda estão amarrando e comprometendo com a seiva daninha a administração do Prefeito de Curitiba e também do companheiro Governador José Richa, com o qual fizemos política acadêmica no final da década de 50, especificamente contra os comunistas de então. Entre outros, também participou naquela oportunidade, o companheiro Olivir Gabardo, atual Presidente do PMDB do Paraná...”

O Sr. Roberto Requião — Vossa Excelência me concede um aparte, Excelentíssimo Sr. Deputado Ervin Bonkoski?

O SR. ERVIN BONKOSKI — Mais tarde. Aliás, me admira Vossa Excelência, com todo o descaramento pedir aparte neste discurso, quando ontem Vossa Excelência não nos deu aparte.

(Lendo): “... Esta nossa posição, Srs. Deputados, não é contra a administração peemedebista nem muito menos contra o nosso partido. É, isto sim, contra aqueles que se aproveitam, que implantam suas ideologias na administração pública, que com o tempo causarão irreparáveis prejuízos à nossa causa, prejudicando a credibilidade do partido ante a população paranaense.

Temos acima de tudo o compromisso com o povo, e o povo não aceita ideologias que negam as liberdades mais elementares. Não foi para isso que o povo fez uma revolução pelo voto, em 15 de novembro passado?”

Meus caros Deputados, lutaremos pela bandeira do PMDB, mas jamais comungando com os extremismos, principalmente os de esquerda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto a Liderança do PMDB, se fará uso do seu horário.

Com a palavra, por quinze minutos, o Sr. Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Faz hoje 244 dias que o jornalista Juvêncio Mazarollo encontra-se preso no Ahú, condenado com base na expúria Lei de Segurança Nacional.

(Lê): “A Câmara Júnior de Mal. Cândido Rondon solicitou ao General Costa Cavalcanti, a sua interferência junto ao Governo Federal, visando o pagamento de “royalties” por parte da Itaipu binacional ao Estado do Paraná, da seguinte forma:

— que 70 por cento desses recursos sejam destinados aos

Municípios de Mal. Cândido Rondon, Guaíra, Santa Helena, São Miguel do Iguçu, Santa Terezinha do Itaipu e Foz do Iguçu, para desenvolver programas específicos de industrialização e turismo.

Estas indenizações, Srs. Deputados, seriam pagas de acordo com a população de cada município, sua área indenizada e eventuais prejuízos.

— que 30 por cento destes recursos sejam destinados ao Estado do Paraná, para aplicação em áreas atingidas indiretamente com a construção de Itaipu.

Nesta oportunidade, queremos manifestar a nossa irrestrita solidariedade à Câmara Júnior de Mal. Cândido Rondon, que se fez intérprete dos sentimentos da população de todo o Oeste do Paraná.

Queremos reafirmar que o pagamento de “royalties” de Itaipu ao nosso Estado é uma causa de todos os paranaenses, que deve se sobrepôr aos interesses partidários.

Mas, temos que fazer justiça, Srs. Deputados, aos representantes do PMDB, que sempre defenderam esta tese paranista no Congresso Nacional, enquanto o Governo do PDS na gestão de Ney Braga, se omitia, como se omitiam todos os Deputados do PDS na Câmara Federal.

Todos ouviram calados e disseram “amém”, quando, no dia 05 de novembro de 1982, ao inaugurar a barragem de Itaipu, o Presidente Figueiredo afirmou que “os governos do Brasil e do Paraguai souberam transformar uma dádiva da natureza em área de convergência de interesses mútuos, em fonte geradora de energia elétrica, para beneficiar a qualidade de vida dos dois povos”.

Estas solenes declarações do Presidente Figueiredo, estão muito distantes da realidade, Sr. Presidente, e hoje pretendemos deixar esta questão definitivamente esclarecida.

A verdade é que o Paraná, por suas características de grande produtor de matérias primas, tornou-se a maior vítima do modelo econômico que aí está. Sofremos um processo expropriativo implacável, que dia a dia vai exaurindo as riquezas geradas neste Estado.

O Paraná, Srs. Deputados, perderá anualmente um total de 615.848 toneladas de produtos agrícolas, se levarmos em conta 78 por cento da área a ser inundada até 1990, pelas hidrelétricas construídas e projetadas no Estado.

Significa que o Paraná está pagando um preço muito alto pela construção de hidrelétricas que vão alimentar o progresso paulista e de outros Estados.

Qual seria a solução?

O economista Henrique de Carmo, do BADEP, afirma que é preciso conjugar esforços para compensar as perdas sofridas pelo Paraná:

“Compete ao Governo Federal, instituir programas especiais de apoio ao processo de industrialização, incentivando investimentos industriais em nosso território ou direcionando investimentos cuja localização ainda não esteja definida”.

Está claro que os meios existem. O que falta é uma correta escala de prioridades que contemple o Estado, que até 1990 perderá 6.432,50 km<sup>2</sup> de terras férteis. É por isso que já em 1975, o Senador Leite Chaves protestava contra o aqodamento do Governo, que fez aprovar o tratado assinado com o Paraguai em apenas um mês, em regime de urgência, sem que o projeto fosse discutido item por item, como seria lógico.

Em 1976, o engenheiro Octávio Marcondes Ferraz, autor do primeiro estudo para o aproveitamento do potencial do Rio Paraná, referendou as críticas de Leite Chaves sobre os erros grosseiros na concepção - execução do projeto.

Em junho de 1981, foi a vez do então Senador José Richa, retomar o tema, com novas críticas à política energética do Governo Federal.

Richa apoiou a tese do jornal “Gazeta do Povo”,

favorável ao pagamento de "royalties" ao Paraná, pela perda de terras férteis, populações, produção agrícola e receita tributária, dizendo textualmente:

"No tratado entre o Brasil e o Paraguai consta que a binacional Itaipu pagará às altas partes contratantes, em quantias iguais, "royalties" em razão da utilização do potencial hidráulico".

Tais "royalties", Sr. Presidente, foram fixados por aquele tratado, em 650 dólares por "gigawatt" gerado e medido na central elétrica. Um gigawatt corresponde a um milhão de quilowatts e está escrito no tratado que "esse montante não poderá ser inferior a 18 milhões de dólares anuais, à razão de metade para cada parte, sendo o pagamento efetuado mensalmente pela Itaipu".

Como Presidente da Comissão de Economia do Senado, o Sr. José Richa sustentou que esse pagamento é devido ao Paraná e não à União. Isso nós vemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Trata-se de uma indenização parcial que o Paraná tem direito, pelos prejuízos decorrentes da construção de Itaipu em seu território.

No projeto de Itaipu, Srs. Deputados, foram previstas as seguintes obrigações: venda de uma quota de 7 por cento da energia gerada para o Paraná; projetos de desenvolvimento para as áreas afetadas por inundações, especialmente nas proximidades da represa; ferrovia da soja, etc.

Nenhum destes compromissos foram atendidos, com exceção de alguns aspectos de urbanização de Foz do Iguaçu, assim mesmo precariamente. Mas paradoxalmente, a Itaipu cumpriu os compromissos que assumiu em relação aos programas de desenvolvimento do lado paraguaio, incluindo a construção de uma rodovia asfaltada de primeira classe, ligando Puerto Presidente Franco a Salto del Guayrá. E nós conhecemos esta rodovia.

Esta política altamente ruínoza para o nosso Estado, continuará, pois o Governo Federal já resolveu construir outras hidrelétricas em nosso território, como Ilha Grande, Taquaraçu e Rosana.

Do total do potencial hidráulico inventariado no Brasil, Sr. Presidente, o Paraná contribui com 28 por cento, ou quase um terço. Essa energia vai beneficiar as regiões mais ricas, enquanto o nosso Estado se empobrece. Nada mais justo, portanto, que sejamos ressarcidos em parte por estas perdas. E é isso que justifica o projeto apresentado na Câmara Federal pelo Deputado Hélio Duque, disciplinando o pagamento de "royalties" à base de 4 por cento para o Estado e um por cento para os municípios prejudicados por inundações.

Esse pagamento de "royalties" seria calculado sobre os quilowatts gerados por Itaipu e posteriormente por Ilha Grande, além de Salto Santiago e outras usinas que venham a ser construídas pela União, em território paranaense.

Sabemos, Sr. Presidente, da existência de um estudo realizado pela Milder Kaiser Engenharia S/A, por solicitação da COPEL, demonstrando que "houve falta de planejamento e enorme desperdício no aproveitamento do potencial do Rio Paraná, com resultados economicamente medíocres e perversos".

Os investimentos na construção de hidrelétricas no Paraná, estão por volta de 25 bilhões de dólares, mais de 25 por cento do total da dívida externa brasileira, sem nenhum resultado positivo para a economia paranaense.

O estudo feito pela Milder Kaiser, custou Cr\$ 16,7 milhões à COPEL e foi encomendado pela Ordem de Serviço número 007, de 05 de maio de 1982. E o que revelou esse estudo, Srs. Deputados?

Revelou que em 1983, o Estado terá um excesso superior a 5 milhões de quilowatts, e que em 1988, o excesso será de 10 milhões de quilowatts.

De toda energia aqui gerada, o Paraná consumirá menos de 20 por cento.

O restante será exportado para outras regiões do País, sendo que o nosso Estado não receberá nenhum centavo. A partir deste ano, a exportação de energia elétrica gerada no Paraná, representará mais de 500 milhões de dólares anuais e mais de um bilhão de dólares a partir de 1987, sem que o Paraná tenha benefício algum.

Muito pelo contrário, Srs. Deputados.

No caso de Itaipu, a perda de receita tributária pelos municípios afetados por inundações, será em média de 8,5 por cento. Mas, alguns serão mais duramente penalizados, como São Miguel do Iguaçu, com 21 por cento; Santa Helena, com 26 por cento e Foz do Iguaçu, com 31,2 por cento.

Em termos mais amplos, os projetos hidrelétricos existentes ou a construir no Paraná, representam uma queda de 10 bilhões anuais, na produção agrícola e na receita tributária do Estado.

O estudo da Milder Kaiser demonstra que o prosseguimento desta malfadada política energética provocará até 1995, a inundação de 6.432,50 km<sup>2</sup>, abrangendo milhares de hectares de terras férteis, de elevada produtividade, e que tradicionalmente produzem soja, feijão, arroz, milho, café, e outras culturas de grande valor econômico.

Pior do que isso, Srs. Deputados, a construção de Itaipu inviabilizou o futuro econômico de uma vasta região do Estado, que não participa dos lucros do empreendimento e é obrigado a assumir todos os custos sociais, que são grandes, dessa obra tão perversa para a nossa economia.

Recentemente, o Senador Álvaro Dias, também se referiu a esse tema, no Senado Federal.

E para finalizar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, lembramos que no dia 30 de setembro de 1982, o Ministro da Energia, César Cals, apoiou publicamente, pela televisão, a campanha iniciada pela "Gazeta do Povo", e que, sem dúvida, expressa os anseios de todo o Paraná. Naquela oportunidade, o Ministro César Cals deu seu apoio para que os "royalties" que, nos termos do contrato Brasil-Paraguai e a Itaipu, pagarem à União, sejam transferidos para o Paraná.

E para encerrar, Sr. Presidente, solicito que a política energética seja tema central de um Fórum de Debates que a Comissão Executiva vem promovendo nesta Casa, e que cópias do inteiro teor, do nosso pronunciamento, sejam encaminhadas ao Ministro César Cals, ao Presidente da Itaipu, Costa Cavalcanti, ao Presidente da Câmara Júnior de Mal. Cândido Rondon e Deputados Federais".

Concedo um aparte ao nobre Deputado Tércio Albuquerque.

O Sr. Tércio Albuquerque — Deputado Sérgio Spada, nós desejamos usar deste aparte para parabenizarmos com Vossa Excelência, pelo pronunciamento brilhante em apoio à Câmara Júnior do Paraná em sua Convenção Regional, realizada na cidade de Mal. Cândido Rondon.

Esta preocupação é do Paraná inteiro, pois nossas terras estão sendo inundadas não só pela Itaipu Binacional, mas também por outras hidrelétricas de propriedade do Paraná, que a COPEL constrói em nosso Estado.

Há bem pouco mais de um ano e meio atrás, houve em Foz do Iguaçu, um seminário para estudos da exploração do Lago da Itaipu Binacional, do lago artificial que nossa região hoje detém.

Este seminário teve a participação de renomadas autoridades do nosso País, entre elas o Professor Miguel Colassuono, Presidente da EMBRATUR, que veio a Foz do Iguaçu discutir, e lá teve a oportunidade de, como Deputado representante da área que Vossa Excelência também representa condignamente nesta Casa, e como

Presidente da Comissão de Turismo desta Casa, abordar o assunto que hoje Vossa Excelência aborda, em apoio à Câmara Júnior do Brasil. Usando dos meus argumentos, em Foz do Iguaçu, o Deputado Federal Antônio Mazurek já deu entrada na Câmara Federal, com um projeto de lei em que requer o pagamento de "royalties" ou uma participação nos lucros gerados pela energia de Itaipu, que sejam redistribuídas para os Municípios que tiveram sua área inundada, equitativamente com o seu território.

Vossa Excelência tem o meu apoio, tem a manifestação de apoio da nossa bancada, sem dúvida alguma, também tem a grata satisfação de receber o apoio das comunidades que representamos no oeste paranaense. Não só os que Vossa Excelência representa e que eu represento, como também dos Deputados Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Fonseca, nós representamos os oito municípios que viram parte de suas áreas inundadas e não podemos esquecer também o nome do nobre Deputado Francisco Escorsin e o nobre Deputado Sabino Campos.

O meu aplauso e o meu apoio, a cada vez que Vossa Excelência trazer matéria que diz respeito ao desenvolvimento e ao futuro paranaense.

O SR. SÉRGIO SPADA — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Caíto Quintana — Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento) Acompanho o seu pronunciamento nesta Casa, e fico feliz quando se levanta uma tese de tanta profundidade como esta.

Realmente o Estado do Paraná é o berço natural servido para o Brasil se engalanar por possuir a maior usina hidrelétrica do mundo. No entanto, muito pouco, em contrapartida, tem recebido o Paraná, por ser o leito natural desta hidrelétrica. E via no aparte do companheiro desta Casa, Deputado Tércio Albuquerque, os oito municípios que perderam áreas com o lago de Itaipu.

Mas, estenderia mais, além dos oito que perderam área, nós temos municípios próximos a Itaipu que evidentemente sofreram modificações climáticas onde o estudo mais aprofundado terá que ser feito para o próprio plantio das áreas agrícolas de toda a região oeste e sudoeste do Paraná.

Por isso me parece justo, Deputado Sérgio Spada e a voz dos paranaenses todos deveria se levantar neste instante, onde a maior usina hidrelétrica do mundo, instalada no Paraná, não traz nada e deveria nos trazer, para que pudéssemos compensar os graves prejuízos que este Estado tem.

Se nós servimos ao Brasil para sua eletrificação, deveremos receber em contrapartida, pelo menos aquilo que perdemos, para poder oferecer para a gente brasileira, mais eletrificação.

Meus parabéns por este pronunciamento, e tenho certeza que sua luta não termina aí, e conte conosco, com a nossa bancada, com a gente do sudoeste, em todos os movimentos em que estivermos reivindicando em favor do Paraná, por ser o local onde foi construída a Itaipu Binacional.

O Sr. Fiori Luiz — Vou ser breve, Deputado Sérgio Spada.

Itaipu, para mim, é sinônimo de desgraça, a maior desgraça que se implantou neste Estado, nos últimos anos. Itaipu expulsou os trabalhadores, inundou áreas agrícolas, é responsável por inundações naquela região, por tremores de terra, inclusive cometeram crime contra Deus ao inundarem 7 Quedas, que a natureza levou milhares de anos para construir. 18 milhões de dólares ali jogados, Itaipu só trouxe desgraças ao Estado do Paraná, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra, por dez minutos, no Horário da Liderança, ao Sr. Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, a pedido do Deputado Roberto Requião, vou utilizar parte do tempo, porque a outra parte, aliás, já foi utilizada no discurso anterior. Vou utilizar parte do tempo para ler um requerimento do Deputado Roberto Requião. Coloca à aprovação da Casa, nesta tarde, e que eu endosso, leio em respeito aos estudantes de Farmácia e Bioquímica, aqui presentes.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado, com a máxima urgência, à Comissão de Saúde, da Câmara dos Deputados, expediente manifestando o mais veemente repúdio desta Assembléia à aprovação do Projeto de Lei 6717/82, oriundo do Senado da República, que alterando a Lei 6686/79, regulamenta, em detrimento dos cursos de Farmácia e Bioquímica, o funcionamento dos cursos de Ciência Biológica, modalidade médica e biomédica.

Requer, outrossim, seja encaminhada àquela Comissão, cópia que anexamos da carta aberta à comunidade, distribuída pelo Centro Acadêmico de Farmácia da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO e MÁRIO PEREIRA"

O Sr. Paulo Furiatti — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Rapidamente quero dizer que esse é um processo instalado no Brasil, de pulverização de profissões, transformando as profissões em automatização porque pulverizam as profissões, o que aconteceu em vários ramos de ciências, neste País, e é mais um golpe contra o ensino geral e global que os profissionais devem ter.

Merece o nosso apoio e nossa acolhida, essa colocação.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Muito obrigado.

(PALMAS) (TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência solicita às pessoas que nos visitam, o cumprimento do Regimento Interno que veda qualquer manifestação sobre assuntos que ocorrem na Assembléia Legislativa.

Continua com a palavra o orador que se encontra na tribuna.

O Sr. Ezequias Losso — Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Mário Pereira.

Estamos acompanhando com muito interesse o pronunciamento de Vossa Excelência, quando lê o requerimento que apresenta à Mesa deste Parlamento. Tivemos a oportunidade, há dias passados, de apresentar um requerimento no mesmo sentido, encaminhando um apelo da Assembléia Legislativa para a não aprovação desse projeto às Lideranças dos Partidos das duas Casas Legislativas Federais. Esta Assembléia aprovou, por unanimidade, aquela proposição, e estamos solidários a Vossa Excelência, ao Deputado Roberto Requião, porque, efetivamente, deve ser preservado o direito do farmacêutico de exercer as atribuições que, historicamente, competem a ele desenvolver. Naturalmente, os biomédicos estão procurando ampliar as possibilidades de seu mercado de trabalho. É justo que façam suas reivindicações, mas não em detrimento de uma classe reconhecida já secularmente pela sua capacidade e eficiência sobejamente demonstradas.

O Sr. Roberto Requião — Deputado Mário Pereira, conceda-me um aparte? (Assentimento)

Só para expressar a minha satisfação que esta Assembléia é capaz de uma maneira supra-partidária, encampar grandes questões da sociedade, e já antevejo a aprovação, por unanimidade, nesta Casa, do requerimento que, a pedido dos estudantes aqui presentes, encaminhei à Mesa.

Muito obrigado.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Bom, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O que me trouxe à tribuna, o pronunciamento que eu pretendia fazer, ficou prejudicado pelo tempo que disponho, de dez minutos, agora nada mais de cinco minutos, em virtude da importância do pronunciamento do companheiro Deputado Sérgio Spada, que teve que se estender por vinte minutos, cinco minutos além do previsto, e também em respeito à presença dos estudantes de farmácia, então, aqui voltamos ao assunto do requerimento a ser apresentado pelo Deputado Roberto Requião, por mim endossado.

Portanto, não vou falar sobre o que pretendia. Mas quero aproveitar os minutos que me restam e à presença dos estudantes de Farmácia, para colocar um problema que no Pequeno Expediente coloquei com relação à Engenharia, que conheço bem, pois sou engenheiro, com relação ao CREA, que no intuito de fiscalizar o exercício profissional, está criando embaraços em pequenas cidades, exigindo que se façam construções através de firmas construtoras, com engenheiros responsáveis por elas, em cidades que não existem construtoras, nem engenheiros, e nem possibilidades têm essas cidades, de manter uma construtora.

Quero dizer que na farmácia também está ocorrendo um problema que é bom que o Diretório Acadêmico ou o Centro Acadêmico de Farmácia se aperceba disso. O Conselho Regional, na pretensa defesa dos interesses profissionais, acaba cometendo injustiças contra comunidades pequenas. Há poucos dias, recebi em meu gabinete, o Prefeito da cidade de Boa Vista da Aparecida, acompanhado por um velho, farmacêutico prático, 23 anos de farmácia, que não estava conseguindo mais manter aberta a sua farmácia, porque era necessário um farmacêutico responsável por ela.

Aí, dois problemas: o Conselho exigia que o farmacêutico morasse em Boa Vista da Aparecida, mas a cidade não tem farmacêutico ou bioquímico residente lá. A população não pode ficar sem a farmácia! Propôs, ele, erradamente, então, que um farmacêutico de fora, de Curitiba, assinasse pela farmácia dele, criando o "calígrafo da farmácia", porque "calígrafo" em engenharia, é o que assina o projeto; "calígrafo" de farmácia seria aquele farmacêutico que também assina para uma farmácia, simplesmente no cumprimento legal, e ainda, tem o disprante de cobrar pela assinatura, sem ser jornalista nem escritor, simplesmente gastando a tinta da caneta "Bic".

Portanto, este é um problema grave também, que o estudante, quando faz a defesa de sua categoria social, do direito do farmacêutico e do bioquímico ocupar um espaço profissional que lhe cabe pelo preparo que ele obtém na Universidade, também deve ele ser aperceber que, muitas vezes, órgãos como estes Conselhos Regionais, que são ligados, infelizmente, ao Ministério do Trabalho, porque os advogados têm o seu Conselho independente, que é a OAB, que além de fiscalizar o exercício profissional, faz a defesa política da classe, mas é importante que os estudantes de Engenharia, que os estudantes de Farmácia se apercebam do aspecto social. Não adiante querer abrir espaço em mercado de trabalho, forçando a que pequenas farmácias, em comunidades pequenas, sejam obrigadas a ter um farmacêutico que não existe e que para lá não quer ir. Esta é a uma colocação muito importante e eu acho, que os Diretórios Acadêmicos de Farmácia e Bioquímica deveriam colocar em discussão, para também, familiarizando-se com a realidade social, colocarem em discussão e buscarem, juntos com esses Conselhos que são dirigidos pelos próprios farmacêuticos e bioquímicos, encontrarem uma saída, assim como a saída para o engenheiro, na pequena cidade.

**O Sr. Odeni Mongruel** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Agradeço o aparte, Deputado, e dado o adiantado da hora, usarei do meu tempo, na tribuna, no horário da Liderança do PDS, para fazer referências a respeito dessa defesa que Vossa Excelência tão bem coloca, na tarde de hoje.

**O SR. MÁRIO PEREIRA** — Muito obrigado.

Era isto, Sr. Presidente, e Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador)

**O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)** — Consulto à Liderança do PDS, se fará uso do seu horário.

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, por dez minutos.

**O SR. GABRIEL MANOEL** — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltamos novamente, conforme orientação de pronunciamentos anteriores do nosso Líder Luiz Alberto Oliveira, a criticar, ou não a criticar, a apenas a ficarmos olhando, pasmados, as demissões que estão acontecendo no Governo José Richa.

A EMOPAR acaba de demitir 24 funcionários, engenheiros que trabalham há seis anos, engenheiros nomeados pelo Governador Canet Júnior e numa sanha desses homens que cometeram o crime de pertencer ao Partido a que Canet Júnior pertenceu, desses homens que não fizeram outra coisa a não ser serem fiéis aos Chefes que os nomearam. Eu pergunto: onde estão os homens do meu companheiro Canet Júnior, para defender aqueles que ele nomeou, que hoje estão sendo sumariamente demitidos? Por um simples capricho, pelo capricho e pelo crime de haverem pertencido e de terem sido fiéis aos seus chefes? Homens que trabalham, desde motoristas até engenheiros, com seis, quatro e cinco anos de serviço na EMOPAR, onde os seus diretores atuais, têm 400 mil cruzeiros de verba de representação, elevada para um milhão e quatrocentos! São homens que trabalham, são homens que não têm a culpa de serem honestos e fiéis ao seu partido, de serem fiéis aos governadores, ou ao Governador que os nomeou. Se isto for crime, Sr. Presidente, se isto for crime, Srs. Deputados, nós perguntamos? de que valeu o decreto do Governador José Richa, onde não haveria mais nomeação, onde não haveria mais indicação e a também não haveria mais exoneração?

A patrulha continua. Os homens de Canet estão sendo patrulhados. Os homens que foram nomeados por Canet Júnior num momento seletivo, com a hombridade que lhe é peculiar, com a honestidade que toda a vida ele teve como lema, estes homens, hoje, por intermédio da patrulha, são sumariamente exonerados. Onde está a palavra do Governador José Richa, onde dizia que não haveria mais exonerações? Onde está meu Presidente, onde está meus Deputados, onde está meu Paraná, a palavra do homem honesto e que nós temos como honesto. Talvez se ele exonerasse homens nomeados por Ney Braga nós nos calaríamos, mas exonerar homens cujo chefe, cujo ex-Governador Jaime Canet Júnior nomeou e cujo mesmo Governador com a sua honradez, ajudou a eleger este Governo. Onde está a coerência destes homens, que estão usando e abusando do Governo Richa? Vinte e quatro funcionários humildes, desde motoristas e até engenheiros que trabalham em benefício de nossa terra e de nossa gente. É apenas Sr. Presidente, Srs. Deputados e imprensa do meu Paraná, uma advertência. Seguindo aquele adágio popular, o ilustre Governador José Richa que manda nos homens, os quais mandam na EMOPAR: "Não faças a Deus que pagas ao Diabo". Estão alijando no poder, estão alijando homens com compromisso de cinco anos de Casa. Homens nomeados pelo grande Jaime Canet, que desponta hoje como nosso candidato do Paraná à Presidência da República. Onde está a coerência, se foram sumariamente alijados, Sr. Presidente, sem justa causa; sumariamente alijados pelo simples crime de estarem vinculados ao PDS. Como pode o Governador José Richa discutir com Ministros e falar com a Presidência da República e com o Poder Central, se ele está alijando os próprios companheiros do grande eleitor de José Richa, que foi Jaime Canet Júnior; e eu pergunto ao meu Paraná se isto é justiça. Pergunto a Jaime Canet Júnior, meu ex-companheiro, se ele pode no momento,



botar a cabeça no travesseiro e ver seus companheiros alijados? Este Jaime Canet foi um grande governador, um dos melhores governadores que o Paraná teve e está vendo seus companheiros alijados. Ou é traição ou é burrice, porque não cabe na consciência de um paranaense, a traição do seu próprio povo, a traição aos seus companheiros.

O Governador José Richa que tome cuidado, que tenha a cautela de verificar que ele está sendo sabotado no seu Governo. Não é de meu costume penetrar em seara alheia, mas é de meu costume defender os princípios dos homens que estão sendo alijados pelo simples crime de terem sido nomeados por este grande governador que dispensava seus próprios subsídios, seus próprios vencimentos, para as entidades que necessitavam. Onde está o agradecimento do Governo José Richa ao alijar, Sr. Presidente, Srs. Deputados e imprensa do meu Paraná, homens humildes, pois o único crime que tiveram foi o de serem coerentes, e foram coerentes porque votaram e tiveram fé no partido dos governos que os nomearam. Então é uma advertência, é na tristeza sem fala do messianismo, é uma tristeza d'alma e pediria à ilustre Bancada do PMDB, que verificasse na EMOPAR as exonerações sumárias e também o aumento de verbas para os senhores diretores, de quatrocentos mil cruzeiros para um milhão e quatrocentos mil. Isto não é governar, isto é como dizia meu amigo Gabriel Sampaio: "Deputados, olhem e vejam, o Governador está sofrendo de "megacolum", porque até agora não fez bulhufa alguma pelo Paraná". Eles fizeram o quê? Apenas, exoneraram, exoneraram, exoneraram... E apenas, na calada da noite aumentam os subsídios, aumentam as verbas pessoais dos diretores destas companhias que não fazem outra coisa a não ser patrulhar este Governo.

Acho que hoje, Jaime Canet está entristecido, porque vê seus companheiros alijados, vê seus Deputados sofrendo na carne. Nós podemos sofrer, e perdemos a eleição e estamos por baixo, mas o povo de Canet que ganhou a eleição, que ajudou José Richa a se eleger, que ajudou o PMDB que é uma esperança do Paraná e do Brasil, a comandar um Poder. Um Poder que nós respeitamos, mas devia ter pelo menos um pouco de respeito aos homens que foram lá postos há seis anos.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica a Vossa Excelência que o seu tempo está esgotado. No entanto, a Liderança lhe concede mais três minutos.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, a nossa resignação é tão grande que nós, em nossas orações, vamos pedir para Deus que o Governo José Richa tome consciência que o Paraná não é a Prefeitura de Londrina. Chame os seus Secretários e bote-os na linha certa, para que não haja mais essas aberrações, para que não seja necessário haver um Deputado da Oposição que venha reclamar por justiça.

Como pode Canet enfrentar seus ex-companheiros, que talvez tivessem votado no José Richa em homenagem a ele? Agora, hoje, estamos chorando aqui na Assembléia como um muro das lamentações. É o reconhecimento, Sr. Presidente, é o reconhecimento, Srs. Deputados.

Um velho adágio diz: "Não faças a Deus que pagas ao diabo".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra no restante do horário destinado ao PDS, ao Sr. Deputado Odeni Mongrue.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queria, preliminarmente, manifestar em nome da Bancada do Partido Democrático Social o nosso integral apoio ao Movimento dos Acadêmicos de Farmácia e Bioquímica, que objetivam alcançar a não aprovação do Projeto de Lei 6717/82 que tramita na Câmara Federal, de autoria do Senador José Lins.

Quero aqui também em nome dos meus companheiros, em meu nome pessoa, cumprimentar o Deputado Mário Pereira pela sua intervenção precisa a respeito desse momentoso assunto, bem como aos Deputados que o apartearam: o Deputado Roberto Requião e o Deputado Ezequias Losso. Lembrando apenas que, quando aqui fizemos, há cerca de duas semanas atrás, um pronunciamento em favor do movimento de acadêmicos de farmácia e bioquímica, o fizemos na condição de Professor do Curso de Farmácia e de ex-Reitor de uma universidade estadual.

Fizemos isso, ouvindo as contribuições de Deputados companheiros de bancada. Dentre eles destaco o Deputado Tuguio Setogutte e o Deputado Ezequias Losso, que contribuíram para a feitura do texto que me permitiu aqui, através de intervenção, solicitar aos integrantes da Comissão de Saúde, mormente aqueles originários do Estado do Paraná, tanto da Bancada do PMDB quanto da Bancada do PDS, que fechassem questão em torno desta posição e não apenas faz justiça ao profissional de farmácia-bioquímica; não apenas preserva o campo de atuação profissional dos futuros farmacêuticos e bioquímicos, mas muito mais do que isso, toma toda a cautela e providência para que profissões novas, surgidas, ao impacto de determinadas exigências, venham, após servirem aos seus propósitos, ingerenciar em área de atividade profissional de competência de cursos nobres.

Nesse sentido, nós procuramos então levar a nossa fala para as autoridades constituídas deste País, da área do Legislativo e da área do Executivo, para que se evite de uma vez por todas que a criação de cursos rápidos ensejem, posteriormente, por falta de campo profissional específico, o avanço à áreas historicamente consagradas como de outros profissionais, para cujas atividades receberam a formação escolar científica e técnica, indispensáveis ao exercício seguro e consciente das suas profissões.

O Sr. Paulo Furiatti — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, reconheço que Vossa Excelência é uma autoridade no assunto e me expressei rapidamente na vez anterior. Gostaria apenas de ratificar as palavras, dizendo que o Brasil sofre um professor de descaracterização do ensino, a partir do acordo MEC-USAID, em que se alterou um processo de ensino eclético, e se implantou neste País, um modelo americano para uma sociedade diferente da nossa.

Com isso, várias categorias sociais processam o mesmo problema. É uma questão política da mais alta profundidade. É um conjunto de avaliação, não pelo sentido corporativista de uma classe profissional, mas para os interesses desse País, que interessam profissionais ecléticos, que entendam o conjunto dos problemas brasileiros e não meros apertadores de botões, como estão tentando fazer via Ministério da Educação e Cultura.

O Sr. Ezequias Losso — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Odeni Mongrue, quero louvar Vossa Excelência pela brilhante manifestação que faz, nesta tarde, quanto ao momentoso assunto que está sendo debatido neste Parlamento. Tivemos a honra de ser seu aluno na Faculdade de Farmácia e Odontologia, da então Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa.

Sempre vimos o seu grande cuidado em aprimorar todas as condições para que o ensino se processe da melhor maneira possível, ou se processasse na época, quando éramos alunos de Vossa Excelência.

Em parte concordamos com as ponderações do Deputado Furiatti, quando diz que o ensino tem sido um tanto eclético, evidentemente não por culpa das instituições tradicionais, e dos cursos tradicionais. Efetivamente recebemos uma excelente formação ali, naquela faculdade, no prosseguimento de nossos estudos. Não somos daqueles que se incluem entre os

calígrafos de farmácia, ao contrário, não somos favoráveis a uma simples assinatura de responsabilidade técnica. Entretanto, nobre Deputado, devemos levar em conta que o Brasil é um País formado por jovens e todos esses cursos novos que surgiram, têm por objetivo, exatamente, criar condições para o aproveitamento desses mesmos jovens de diferentes categorias profissionais.

Nada temos contra os bioquímicos. Enfim, quando se criou o curso de Bioquímica foi para permitir uma formação de pesquisadores e o Brasil precisa de pesquisadores. Portanto, aplaudimos os bioquímicos. O que não podemos admitir, é que agora, depois de formados e formados de forma diferente do farmacêutico, venham querer para si o direito de exercerem análises clínicas.

Ora, se foram preparados para outro mister, cumpram com sua função. E podem estar certos, os bioquímicos encontrarão nesta Casa todo o apoio para que possam efetivamente encontrar meios para pesquisar, mas não em detrimento da classe dos farmacêuticos.

Muito obrigado pelo aparte que Vossa Excelência me concedeu.

O SR. ODENI MONGRUEL — Agradeço a intervenção do

Deputado Ezequias Losso e deixo a certeza que esta caminhada dos acadêmicos de Farmácia-Bioquímica a Brasília, objetivando a preservação do campo profissional, seja qual for o resultado dessa caminhada, a manifestação de convicção, a pressão exercida por profissionais, e por futuros profissionais do campo, é algo que deve ser historicamente registrado e merece o respeito de tantos quantos comungam por uma sociedade organizada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ocupo o tempo final que me foi dispensado pelo Líder da Bancada do meu Partido nesta Casa, para trazer aos Senhores uma série de preocupações. Devo dizer aos Senhores que, neste momento, em absoluto, faço eu aqui desta tribuna, oposição ao Governo legalmente constituído no Estado do Paraná, vencedor de um processo eleitoral dos mais justos e dos mais sérios, e que culminou com a ascensão do Governador JOSÉ RICHÁ à condição de Governador do Estado.

Mas venho aqui trazer aos Senhores Deputados, do PDS e também do PMDB, a minha preocupação, resultante daquilo que ontem vi, presenciei e participei, quando me desloquei a Ponta Grossa, a convite do Reitor daquela Universidade Professor Evaldo Pedolan, para assistir, na disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros daquela Universidade, a fala de sua Excelência, a Secretária de Educação do Estado do Paraná, a Professora Gilda Poli Rocha Loures.

Momentos antes do início daquela palestra, conversava eu com o Juiz que representava o Poder Judiciário naquela ocasião, a respeito do papel importante que cabe a todo homem público desempenhar neste instante, seja ele detentor ou não de mandato, seja ele do Legislativo, do Executivo ou do Judiciário, seja ele até integrante das Forças Armadas.

Comentávamos a respeito da situação preocupante que vive a sociedade brasileira e quanto indispensável era a participação de cada um na medida direta das suas responsabilidades, mas na exata dimensão de sua capacidade em favor do retorno, do restabelecimento do equilíbrio social desejável a este País.

Comentávamos quanto seria difícil se os homens públicos não tivessem o equilíbrio suficiente, principalmente no sentido de tratar a juventude, para que compreenda historicamente as dificuldades presentes e a necessidade de um pacto social e político, para que superemos esta fase, e com esse estado de espírito, fomos assistir à fala de Sua Excelência, a Secretária de Estado.

Confesso-lhes que pela primeira vez ouvi uma linguagem diferente em um ambiente universitário, não diferente de março de 1964 para cá, mas muito anteriormente. Jamais tive a oportunidade de ver alguém, investido na condição de autoridade do Poder Executivo, trazer uma mensagem como Sua Excelência, a Secretária de Estado, assim o fez na noite de ontem. Trouxe-nos um tipo de linguagem que excita os jovens, mas que porém preocupa os adultos. Trouxe-nos, a Senhora Secretária da comunidade universitária de Ponta Grossa uma linguagem que não é a nossa. Uma linguagem que não é a dos professores da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E vou além, uma linguagem que não é do conhecimento da atual administração superior da Universidade de Ponta Grossa. Conheço Sua Excelência, o Reitor Evaldo Godolan, conheço os seus colaboradores de administração e sei que eles não pensam como pensa a ilustre Secretária de Estado.

Ontem tivemos muito mais do que uma pregação, do que um ensinamento, do que uma proposta de reorganização da sociedade brasileira. Tivemos, isto sim, a manifestação excitada de Sua Excelência, no sentido da mensagem “draconiana”, da mensagem desfazedora, da mensagem que destrói e da mensagem que não constrói. Sua Excelência abordava, na noite de ontem, que decretos governamentais do ano de 1969, propunham a supressão da disciplina de Filosofia, dos currículos mínimos de cursos superiores, ao mesmo tempo em que implantavam a disciplina de Estudo dos Problemas Brasileiros, como um desdobramento da Moral e Cívica, na Escola de Primeiro Grau e de Organização Social e Política Brasileiras, na Escola de Segundo Grau.

Dizia Sua Excelência, e lá está a fita gravada, que ao pinçarem da Filosofia apenas a Moral, objetiva o incutir no povo brasileiro o conhecimento de suas obrigações, deixando de lado o aspecto mais importante, e que se referia aos seus direitos.

Não nos assusta a crítica de Sua Excelência, a Secretária de Estado. O que nos preocupa é o linguajar comum, já todo ele simbolizado do pleno domínio daqueles que já viveram mais tempo. Em que pese as suas insinuantes manipulações vocabulares e que excitaram a juventude.

Devo dizer aos Srs., que Sua Excelência, a Secretária, fez uma observação, que professores de estudos de Problemas Brasileiros não lecionavam a referida disciplina, sem que tivessem de apresentar um atestado de cunho ideológico expedido pelo DOPS. Confesso, dirigi a Universidade de Ponta Grossa, por oito anos, e lá estão os professores para dizer que se esta fala coube ao Brasil, não coube à Universidade Estadual de Ponta Grossa. Jamais exigimos atestado ideológico de quem quer que seja.

Disse Sua Excelência, a Secretária, que professores recebiam programas prontos, acabados, com estatísticas fantasiosas, para promoção do governo ditatorial do Presidente Médici, a quem por diversas vezes fez referência dizendo: aguardem bem este nome”. Não estamos aqui, absolutamente, detendo o diploma de quem vem em defesa do Governo revolucionário. Mas o que estamos fazendo, como preceito de Justiça, e invocamos o testemunho da comunidade universitária, é que lá não se exigiu nada de alguém. Não se impôs a alguém programas previamente elaborados. O Sr. Edmar Luiz Costa — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. ODENI MONGRUEL — Estou com curto espaço de tempo.

Gostaria de completar o meu raciocínio.

Colocamos a Sua Excelência, a Secretária de Estado, respeitosamente, preservando as condições de autoridade em que ela se achava investida, e mais as condições de mulher, para dizer perante os nossos professores, perante os elementos da administração da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que nos colocávamos inteiramente à disposição de Vossa Excelência, para com ela conversar, debater ou dialogar, problemas da educação, como problemas políticos; ou se assim ela o entendesse, já que fez uma mistura de uma coisa ou outra, onde com certeza a



mensagem educacional se perdeu. A mensagem educacional foi colocada num plano secundário, porque Sua Excelência nada trouxe de novo. Sua Excelência não fez proposta, apenas pregou o desfazimento de tudo.

A fita gravada está inteiramente à disposição.

Devo complementar, dizia eu a Sua Excelência, a Secretária que estávamos à disposição para este tipo de conversa na televisão, nas rádios, em praça pública, em ambiente universitário. Sua Excelência, ao intervir posteriormente, disse-nos que não aceitaria o debate na televisão, porque existe no Paraná um "complô" de emissora de televisão, objetivando desestabilizar e desacreditar o Governo Richa. Nós não havíamos entrado nesse aspecto. Por sinal, com relação ao Governador José Richa, está lá o meu testemunho. Enalteci as qualidades do homem público, admirado por tantos; pelos seus companheiros e respeitado pelos seus adversários.

O que nós não acreditamos, é que a fala de Sua Excelência, a Secretária da Educação, seja a fala do Governador José Richa.

Fui obrigado pela maneira, pela forma como a Secretária de Estado reagiu, a uma colocação que procurei fazer-lhe com todo o respeito, a dizer que se assim ela continuasse, com certeza, com absoluta convicção, ela não acompanharia o Governo José Richa, até o final do mandato do Governador. E fui além, dizendo inclusive, que pelo jeito, pela maneira de se portar, pela maneira de colocar, principalmente em virtude de associações, entidades de classes, da Associação dos Professores do Paraná, bem como Associação dos Dirigentes dos Estabelecimentos Oficiais, com certeza Sua Excelência não emplacaria, em frente à Secretaria de Educação, seu mandato, até o final deste ano.

Vejam bem, Srs. não estou fazendo oposição apaixonada e sentimental ao Governador Richa. Recomendo a Sua Excelência que essa fita, lamentavelmente não houve vídeo "tape", houve áudio "tape", porque o vídeo "tape" registraria não só o conteúdo das palavras, mas a expressão fisionômica da Secretária de Estado, o que demonstra o grau de instabilidade de quem comanda os destinos da educação paranaense.

Obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Antes, porém, desejo avisar aos Srs. Deputados componentes da Comissão de Constituição e Justiça, que logo após a Sessão Plenária, esta Comissão estará reunida no plenarinho.

Aproveito a oportunidade também, para lembrar e convidar aos Srs. Deputados, para o nosso II Fórum de Debates, que terá início amanhã, às 9:00 horas, da manhã, aqui neste plenário.

Sobre a mesa, indicação subscrita pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, na qualidade de Líder do PMDB, indica os nomes dos Srs. Deputados para compor a Comissão de Emendas à Constituição. — Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Indicação subscrita pelo Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de Líder do PDS, constante do expediente, indica os nomes dos Srs. Deputados para compor a Comissão Especial para analisar Emenda Constitucional. — Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Rubens Bueno e Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Odeni

Mongruel, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 07/83, que denomina Plenário "DEPUTADO WALDEMAR DAROS", o atual recinto onde se realizam as sessões plenárias desta Assembléia Legislativa. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 07/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica denominado "PLENÁRIO DEPUTADO WALDEMAR DAROS" o atual recinto onde se realizam as sessões plenárias desta Assembléia Legislativa.

Art. 2.º — Aprovada esta resolução, a Comissão Executiva determinará, dentro de 30 (trinta) dias, a confecção de placa indicativa desta designação.

Art. 3.º — Esta Resolução entrará em vigor na ata de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente

EDMAR LUIZ COSTA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 106/72, que declara de utilidade pública a "LIGA IGUAÇUENSE DE FUTEBOL", com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE LEI Nº 106/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "LIGA IGUAÇUENSE DE FUTEBOL", com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente

EDMAR LUIZ COSTA — Relator

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Pela ordem. Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Atendendo a Vossa Excelência, esta Presidência irá proceder a verificação de votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência atende e solicita do Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Responderam a chamada 39 Srs. Deputados, há "quorum" para deliberação.

A Mesa procederá a verificação de votação solicitada pelo Deputado Luiz Alberto de Oliveira, pelo Projeto de Lei nº 106/82. Solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares para que possamos proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se. Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e nove aprovam, um rejeita. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 01/83, que declara de utilidade pública a "LOJA MAÇÔNICA MARECHAL DEODORO Nº 47", com sede e foro na cidade de Engenheiro Beltrão. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE LEI Nº 01/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a “LOJA MAÇÔNICA MARECHAL DEODORO Nº 47,” com sede e foro na cidade de Engenheiro Beltrão.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente

EDMAR LUIZ COSTA — Relator

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 51/83, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, aprovado na mesma por unanimidade e que determina o arquivamento de proposições apresentadas na Legislatura anterior e que não tenham atingido a fase de votação pelo Plenário desta Casa. Em regime de urgência. — Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 07/83, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que aumenta o número de Vereadores da Câmara Municipal de Campo Mourão, conforme específica. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 16/83, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a “AUGUSTA E RESPEITÁVEL LOJA SIMBÓLICA APÓSTOLO DA CARIDADE II”, com sede e foro nesta Capital. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 17/83, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA MARIA”, com sede e foro em Curitiba. — Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 20/83, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APMI” de Cascavel, com sede e foro no Município de Cascavel. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria da Luz Santos Lima, ocorrido no dia 26 de maio corrente no Município de Palmas. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Governador do Estado, apelo no sentido de que seja assegurado aos Suplentes de Delegado o exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº . 3.055, de 17/01/1973, e mais o regulado pelo Decreto nº 3.700, de 26/07/77. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado expediente à Senhora Ministra da Educação, visando a criação de uma Escola Técnica Federal, no Município de Paranaguá. — Em discussão.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Pela ordem. Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Adie-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento

Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, no sentido de que o ITC, dê continuidade ao programa de regularização fundiária no Município de Tibagi. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, visando a implantação dos cursos de primeiro grau — quinta a oitava séries nas localidades de Iguiporã, Margarida, Mercedes, Quatro Pontes, Pato Bragado, São Roque e Novo Três Passos, todas situadas no Município de Marechal Cândido Rondon. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, apelando para que o mesmo envie esforços, no sentido de interiorizar programas de cultura (música, teatros, para adultos e teatro infantil), com fornecimento de metodologia para sua implantação no Município de Tibagi. — Aprovado. — Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa defere e solicita ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal.

(É Procedida a verificação de votação)

Vinte e nove Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, com apoio do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, manifestando repúdio à aprovação do Projeto de Lei nº 6717/82, oriundo do Senado da República, que alterando a Lei nº 6686/79, regulamenta, em detrimento dos Cursos de Farmácia e Bioquímica, o funcionamento dos Cursos de Ciências Biológicas — Modalidade Médica (Biomedicina). — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, para que o mesmo determine à COPEL, estudos no sentido de que se proceda a iluminação pública no Município de Salto do Itararé, tanto na área urbana da sede como também nos Distritos. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a construção de um Terminal Rodoviário no Município de Janiópolis. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constantes do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Presidente do Senado Federal, manifestando voto de apoio desta Casa de Leis, favorável a regulamentação e reconhecimento profissional dos profissionais em processamento de dados. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando o recapeamento na Rodovia PR-239, que liga o Município de Marechal Cândido Rondon ao trevo da Vila Nova, dando acesso aos Municípios de Toledo e Palotina. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de que seja adquirida uma viatura policial para o Município de Iretama. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de que seja construído um módulo da Polícia Militar no Município de Terra Boa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, visando a abertura de sindicância para apurar sobre a legalidade e a responsabilidade da obra de construção de Reservatório Elevado no Centro de Redes - Portão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de cópias de inteiro teor do nosso pronunciamento de hoje aos Srs. Ministro das Minas e Energia, Diretor Geral da Itaipu Binacional e Presidente da ELETROBRÁS, Presidente da Câmara Júnior de Marechal Cândido Rondon, a todos os representantes do Paraná na Câmara Federal e no Senado e ao Diretor do Jornal "Gazeta do Povo". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, visando a liberação de verba para a conclusão das obras do prédio que abrigará o Fórum de Telêmaco Borba. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, para que o mesmo determine à COPEL, as obras de abastecimento de água no Distrito de Arapuan, no Município de Janiópolis. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, visando a construção de um Centro Social, no Município de Ipiranga. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a liberação de uma verba ou sejam executadas obras de pavimentação asfáltica nas principais ruas do Município de Ipiranga. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, visando liberação de verba para o financiamento agrícola através do BANESTADO S/A. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Presidente da FUNABEM, visando a construção do Lar do Menor e da Guarda Mirim no Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a liberação de uma ambulância para o Serviço de Saúde do Município de Salto do Itararé. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio da Sr. Governadora do Estado, visando seja construída

Comissão Especial, constituída por Parlamentares, representantes do Poder Judiciário e da Secretaria de Segurança Pública, representando o Poder Executivo, para que sejam realizados, no prazo máximo de 120 dias, estudos no sentido da transferência dos presos de maior periculosidade da Penitenciária Central do Estado, para a Ilha das Cobras, no litoral, Comissão esta a ser composta por sete membros. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Em função da aprovação deste requerimento, solicito às Lideranças partidárias a indicação dos membros para comporem esta Comissão, que deverá ser composta por sete membros — quatro do PMDB e três do PDS.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo ao mesmo responder às perguntas referentes ao Porto de Paranaguá. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, para que o mesmo determine a EMOPAR, a construção de muros e colocação de telas, nas canchas de esportes das Escolas Presidente Vargas e Leopoldo Mercer, ambas do Município de Telêmaco Borba. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, inscrito.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Ocupando a tribuna esta tarde o Deputado do PDS Odeni Mongruel, da minha cidade, teceu críticas à Secretária da Educação, tendo em vista a conferência por ela proferida na noite de ontem na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

É preciso que alguns fatos rápidos sejam postos nos seus devidos lugares. A visita da Secretária da Educação ontem, à cidade de Ponta Grossa, foi das mais proveitosas. Visitou a Inspeção de Ensino, esteve na Prefeitura Municipal e às dezessete horas e trinta minutos, realizou uma reunião aberta com o professorado do primeiro e segundo graus de Ponta Grossa na própria Universidade, que foi até quase às dezenove horas da noite.

Uma reunião nunca registrada na história política de Ponta Grossa, onde as professoras e os professores, puderam apresentar sugestões e reclamações e ouvir também, os planos da Secretaria de Educação. Até às 19:00 horas permaneci na Universidade, posteriormente, retornei a Curitiba e não assisti a conferência mas tive as notícias do que ocorreu na noite de ontem.

A Secretária de Educação, após terminar a conferência, abriu o debate a todos os presentes na Universidade. O Deputado Odeni Mongruel, teceu algumas críticas à Secretária de Educação e todas as críticas feitas pelo Deputado Odeni Mongruel, foram rebatidas e respondidas na mesma hora por Sua Excelência, a Secretária Professora Gilda Poli.

E o que é importante Srs. Deputados que foi omitido nesta Casa, a Secretária da Educação foi várias vezes, interrompida e aplaudida de pé, enquanto o nobre Deputado Odeni Mongruel teve que arcar com uma vaia no recinto da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

O Sr. Deputado Roberto Requião — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Edmar, é preciso que fique claro que essa imagem colocada neste plenário pelo Deputado Odeni Mongruel, de que a posição da Secretária de Educação, não seria a posição do Partido e a posição do Governador, está incorreta. Estamos

cumprindo um programa, estamos cumprindo a palavra empenhada nos palanques e em cima do programa do PMDB, não haverá defasagens não haverá divergências. Esta Bancada e o Partido está fechado com o compromisso público assumido em 15 de novembro.

Desista o PDS de procurar abrir arestas e colocar cunhas na homogeneidade do Partido em cima do cumprimento do seu programa. Não assisti o desempenho da Professora Gilda Poli, mas, pela exposição do Deputado Odeni, e pela sua exposição, só tenho a me congratular com a nossa Secretária que está levando à frente o nosso programa conforme podemos esperar de um Secretário de Estado.

Obrigado, Deputado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Agradeço a participação de Vossa Excelência, Srs. Deputados, se existir a gravação da palestra da Professora Gilda na Universidade de Ponta Grossa, comprometo-me a trazer o texto integral para debatê-lo aqui e provarmos que a Secretária de Educação, pura e simplesmente, falou no programa do nosso Partido e se houve estranheza de linguagem é porque o nobre Deputado Odeni Mongruel, quem sabe ainda esteja acostumado com a linguagem da ditadura.

O Sr. Paulo Furiatti — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, a exposição do Deputado Odeni Mongruel, nos parece que ele gostaria imensamente, que um Secretário de Estado do Partido do Movimento Democrático Brasileiro falasse a linguagem do PDS. Ora, um Secretário de Estado do PMDB deve falar objetivamente a linguagem do PMDB. E eu até acho que a contrariedade do Deputado Odeni Mongruel vem a favor da Secretária da Educação, porque se um Secretário de Estado falar a linguagem do PDS que sempre falou neste Estado, ele nos colocaria numa situação difícil. Porque a posição do PDS não é a posição do PMDB. O programa do PMDB não é o programa do PDS. Em relação às questões de Estudos de Problemas Brasileiros, eu até 74, tive matérias na Universidade de Estudos de Problemas Brasileiros, posso atestar, não só atestado ideológico porque efetivamente não tenho condições para tal, mas que não vi nos Estudos de Problemas Brasileiros em matérias dadas para mim pessoalmente, algum levantamento daqueles direitos e a concentração educacional nos verdadeiros direitos do cidadão. Portanto, me parece que e tenho a certeza que a Secretária da Educação se conduziu muito bem lá. Pelo fato de estar conduzindo o programa do Partido e que Odeni Mongruel do PDS não gostou absolutamente.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — E o julgamento foi feito pela classe universitária quando aplaudiu a Secretária e vaiou a participação do Deputado.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Edmar Costa, é evidente de que o Sr. Deputado Odeni Mongruel, pela sua condição de ex-Reitor da Universidade de Ponta Grossa, possa ter tido algumas posições pessoais contrariadas em função da palestra da Senhora Secretária da Educação. Agora, Sua Excelência afirmou da tribuna ainda há pouco e é lamentável que não esteja no plenário como nenhum dos companheiros da Bancada do PDS, que no mínimo isso significa uma descortesia para com Vossa Excelência, coisa que de nossa parte nunca ocorreu, mas eu devo dizer que Sua Excelência ao afirmar da tribuna de que não se exigia atestado ideológico nesta Nação, é evidente que o Deputado afirmou isso porque não participou das suas últimas Legislativas nesta Assembléia.

Este mesmo plenário é testemunha e os Anais estão aí dos vários e diversos protestos que o MDB de então desencadeou contra esta verdadeira discriminação que existia de que era necessário ao atestado ideológico para professores em determinadas

instituições de ensino.

Então nós evidentemente temos que concordar com Vossa Excelência de que a linguagem da Senhora Secretária da Educação só tinha que ser uma linguagem diferenciada, porque é a linguagem dos tempos novos e então eu me congratulo com Vossa Excelência que vem dar este esclarecimento correto e que só o pode fazer em explicações pessoais porque lamentavelmente foram deselegantes com Vossa Excelência, fazendo que Vossa Excelência tivesse que vir neste horário dar esta escoreita explicação.

O SR. LUIZ EDMAR COSTA — Devo apenas esclarecer a bem da verdade, que o Líder do PDS, Deputado Luiz Alberto Oliveira me procurou há poucos instantes, antes de chegar à tribuna, desculpando-se e dizendo que a Bancada do PDS sairia, não por descortesia, e nem para deixar de ouvir o pronunciamento mas porque teria um compromisso no aeroporto para recepcionar um Ministro de Estado.

Concedo o aparte ao Deputado Mário Pereira.

O Sr. Mário Pereira — Deputado Edmar, fico satisfeito em escutar o esclarecimento por parte de Vossa Excelência, do que realmente houve lá em Ponta Grossa, porque na realidade, para nós, Deputados de primeira Legislatura, no qual me incluo e eu particularmente que não fui Vereador, antes de chegar a esta Casa, via de longe a maneira distante como se conduziam os Secretários de Estado nos governos anteriores. Como era difícil o acesso a um Secretário. Como pareciam eles pessoas iluminadas a conduzir de maneira fechada e ditatorial o destino de nosso Estado.

Quero lhe dizer, Deputado Edmar Costa, que esse contato que a professora Gilda Poli teve na Universidade de Ponta Grossa, lá em Cascavel no domingo também, houve um contato que não se verificava em governos anteriores. O Secretário da Agricultura, indo pela segunda vez ao nosso município, de Cascavel, participou de uma gincana de jovens rurais, das 9:00 horas da manhã até às 2:00 horas da tarde, com a presença de quase trezentos jovens da região Oeste, que debateram de maneira aberta, de maneira sem formalismos, sem formalidades que inibissem a participação daqueles jovens. E nós pudemos verificar isso claramente quando os jovens pediam a palavra, inquiriam o Secretário, e o Secretário colocando-se inteiramente a vontade, e deixando inteiramente a vontade aqueles jovens iniciava ali, com o meu testemunho que via com satisfação aquele procedimento, um tempo novo também no Paraná; daquele do contato direto, do homem do Governo, do empregado do povo que é sustentado pelo povo que trabalha, ali prestando informações, prestando contas dos atos e conclamando a que todos se unam na tarefa de governar o Paraná.

Essas demonstrações de governo diferente, de governo aberto, por certo não estão agradando aqueles que se enclausuravam em gabinetes e que como iluminados eram os donos sozinhos da verdade e levaram este País e este Estado a situação atual. Portanto, parabéns ao seu pronunciamento que coloca a verdade sobre os fatos ocorridos em Ponta Grossa e parabéns ao Governo José Richa, parabéns a Secretária de Educação, parabéns ao Secretário de Agricultura pela maneira aberta no final de semana, levar o Governo ao povo, ao encontro do povo, demonstrando que o Governo do Paraná é um povo com participação popular.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Meu nobre Deputado Mário Pereira, posso dar mais um pequeno testemunho ainda da professora Gilda, em Ponta Grossa. Na reunião que começou às 17:30 horas, com professores, ela admitiu e participou de debates. Professoras discordaram da opinião da nossa Secretária de Educação. Uma Comissão de estudantes discordou de uma das opiniões da Secretária e ela inclusive admitiu houvera um engano. E foi aplaudida pelas professoras, principalmente quando diz que precisa voltar a Ponta Grossa para continuar

debatendo abertamente os problemas da educação com o professorado e com os estudantes.

O Sr. Caito Quintanta — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Exatamente essa última expressão do nobre colega é que talvez crie nos homens do PDS a idéia de incitação. Porque o que era costumeira antigamente, nos governos anteriores, era quando eventualmente um Secretário de Educação ia numa Universidade ao encontro do estudante, ia com autoridade, ia representando a Pasta, ia para dar lei, ia para ditar normas, para fazer conferências, sem admitir o debate aberto e franco com todos os presentes.

Causa estranheza, portanto, a quem esteve tão costumeiramente ligado a esse regime arbitrário, quando uma Secretária de Estado vai ao meio do estudante, ao meio de todos os presentes numa reunião, e abre um debate aberto, franco, para que cada um possa expressar o seu sentimento com relação ao ensino. Também acredito profundamente na nova política educacional do Paraná; acredito na forma como está sendo conduzido e acho que o Paraná e a educação têm muito a receber com isso, com a presença da comunidade inteira, estudante ou não, mas responsável pela educação debatendo assuntos educacionais. E quero testemunhar rapidamente na condição de professor que fui, no período em que se lecionava, ou que se introduziu o estudo dos

Problemas Brasileiros, que o próprio diretor do meu colégio, numa reunião com professores, declarou publicamente de que se precisava critérios para escolher o professor dessa matéria, porque ela era sem dúvida alguma de alta importância ao regime e ao governo. Discutia-se naquela matéria, não os problemas brasileiros que nós vivemos hoje, mas se discutia e se procurava, através dela, levar para o aluno a implantação do regime revolucionário tão pernicioso à liberdade do povo e da nossa gente.

Muito obrigado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Agradeço a participação do Deputado.

Finalizando, Senhor Presidente, nobres Deputados, cumprimento a Secretária da Educação, porque ela foi a Ponta Grossa demonstrar que o programa do PMDB está sendo cumprido pelo Governo José Richa.

Obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 07, 16, 17 e 20/83. Levanta-se a sessão.